PLANO DE COGESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

DOCUMENTO COMPLEMENTAR III
PRINCIPAIS ATORES COM INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO DO PNPG

FICHA TÉCNICA

- **Estrutura de apoio da Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês:**

Cristina Machado, ICNF, I.P.

Sónia Almeida, ADERE-PG

Carla Rodrigues, ADERE-PG

Eduardo Afonso, Câmara Municipal de Melgaço

Pedro Teixeira, Câmara Municipal de Valdevez

Filipe Rocha e Cláudia Torres, Câmara Municipal de Ponte da Barca

Cristóvão Carvalho, Câmara Municipal de Terras de Bouro

Fernando Moura, Câmara Municipal de Montalegre

José Brilha, Universidade do Minho

Ana Justo, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Fernando Cerqueira Barros, FAPAS, CPADA

Sandra Vieira, Associação Florestal Atlântica

- **Grupo de trabalho do turismo:**

Miguel Faria-Gerês Equi'Desafios, representante das empresas de animação turística

Paulo Azevedo-Montes de Laboreiro, representante das empresas turísticas do concelho de Melgaço

Cláudia Fernandes-North Land, representante das empresas turísticas do concelho de Arcos de Valdevez

Joel Pereira-Tobogã, representante das empresas turísticas do concelho de Ponte da Barca

José Arriscado-Gerês Viver Turismo, representante das empresas turísticas do concelho de Terras de Bouro

Paula Oliveira-Cabril Eco Rural, representante das empresas turísticas do concelho de Montalegre

Aprovado pela Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês:

Municípios do PNPG	Presidente da Comissão de Cogestão- Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Diretora Regional do Norte do ICNF, I.P., Sandra Sarmento
Instituições do Ensino Superior	Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, Reitor
ONGA indicada pela CPADA	FAPAS, Fernando Cerqueira Barros
Baldios do PNPG	Presidente da Associação Atlântica, Durval Gave
DRAPN	Diretor Regional Adjunto, Luís Brandão Coelho
ADERE-PG	Administradora-Delegada, Sónia Almeida

ÍNDICE

Auscultação de atores-chave **5**

1. Quem são os atores chave? 5

A. Entidades governamentais de âmbito nacional ou regional dos setores: ambiente, floresta, agricultura, ordenamento e gestão do território 6

B. Comunidades Intermunicipais 7

C. Câmaras Municipais 7

D. Juntas de Freguesia do PNPG 7

E. Entidades e organizações do setor do Turismo 8

F. Associações de Desenvolvimento Local e Regional 8

G. Associações Comerciais, Empresariais e similares 9

H. Organizações não Governamentais 9

I. Instituições de Ensino 9

J. Associações florestais, baldios, associações de proprietários, zonas de caça associativa e associações e clubes de caça e pesca 10

K. Forças de Segurança e Proteção Civil 13

L. Cooperativas Agrícolas e Associações de Produtores 14

M. Associações e grupos locais da cultura, etnografia, artes, desporto e grupos de escuteiros 15

N. Entidades da saúde, ação social e emprego 16

2. Como foram auscultados? 17

3. Quais os resultados e as principais ilações a retirar desta auscultação? 18

3.1. Sessões públicas de apresentação 18

3.2. Inquérito online 19

3.3. Sessões participativas com os atores-chave do território 19

3.4. Contributo dos Órgãos Gestores dos Baldios do PNPG 20

4. Consulta pública 21

4.1. Como foi promovida a consulta pública? 21

4.2. Quais foram os resultados da consulta pública 22

ANEXOS **23**

ANEXO I. Contributos dos Órgãos Gestores dos Baldios do PNPG 24

1. Contributo do Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês 24

2. Contributo do Conselho Diretivo dos Baldios dos Camarros - Castro Laboreiro e Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Castro Laboreiro 26

3. Conselho Diretivo dos Baldios de Lamas De Mouro 33

4. Conselho Diretivo dos Baldios do Lugar de Cima e Lugar de Baixo (Germil) 34
5. Conselho Diretivo dos Baldios de Entre Ambos-os-Rios e Foral 34
6. Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Lindoso 36
7. Associação dos Baldios do Parque Nacional da Peneda-Gerês 37
Anexo II - Relatório da consulta pública da proposta do Plano de Cogestão do PNPG **44**

AUSCULTAÇÃO DE ATORES-CHAVE

Sendo um exercício de planeamento estratégico, a elaboração do Plano de Cogestão do PNG é um processo aberto à participação e contribuição de vários atores locais e suficientemente flexível para acomodar as suas propostas, bem como as adaptações necessárias e ajustadas à dinâmica dos contextos social, económico e ambiental.

O envolvimento e a participação da população, dos agentes locais, das instituições e da sociedade civil em geral contribuem para a discussão construtiva de propostas e ações concretas, constituindo um processo fundamental no âmbito do desenvolvimento sustentável e, portanto, um pilar imperativo na implementação do modelo de cogestão nas Áreas protegidas.

A estratégia de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) assenta nesse modelo participativo, de base holística, através do qual se pretende imprimir uma nova dinâmica de gestão de proximidade e colaborativa, envolvendo todos aqueles que fazem parte ou que podem contribuir para a sustentabilidade e valorização do território do Parque Nacional.

Assim, para além entidades que integram a Comissão de Cogestão do PNPG, onde se juntam a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, os municípios presentes no território, o conhecimento técnico-científico e outras entidades que contribuem para a aplicação das políticas de conservação, de valorização e para a competitividade do território, o modelo de cogestão do PNPG consubstancia um compromisso mais alargado, que a todos procura implicar, seja na esfera privada ou pública, seja no domínio individual ou coletivo.

Para pôr em prática o processo participativo a Comissão de Cogestão identificou os atores mais relevantes para o desenvolvimento sustentável do território do PNPG, da área social, económica e ambiental, e definiu a metodologia a adotar para promover a informação e facilitar a participação efetiva.

1. QUEM SÃO OS ATORES CHAVE?

Considerando a dimensão do Território assim como o número de entidades existentes, foi feito um levantamento exaustivo dos atores- chave, tendo os membros da Estrutura de Apoio tido um papel fundamental neste levantamento, uma vez que se pretendeu envolver todos os setores, todas as atividades desenvolvidas e as entidades que têm intervenção no território nos seus domínios.

Os atores-chave do PNPG estão agrupados por áreas de intervenção. Para além da população local e da sociedade civil em geral, foram identificados os atores mais relevantes para o desenvolvimento sustentável e valorização do PNPG, considerando as principais atividades e usos do território e dos seus recursos, bem como as suas potencialidades. Foram apenas

considerados os agentes que têm relação com o território do Parque Nacional, quer por via da sua presença física no território, quer pela efetiva relação estabelecida.

Os atores chave foram organizados pelos seguintes grupos setoriais ou temáticos:

- Entidades governamentais de âmbito nacional ou regional dos setores: ambiente, floresta, agricultura, ordenamento e gestão do território;
- Comunidades Intermunicipais;
- Entidades do setor do Turismo;
- Câmaras Municipais;
- Juntas de Freguesia do PNPG;
- Associações de Desenvolvimento Local e Regional;
- Baldios, Associações de Baldios e Associações Florestais;
- Cooperativas Agrícolas e Associações de Produtores;
- Associações e clubes de caça e pesca;
- Associações comerciais, empresariais e similares;
- Instituições do Ensino Superior;
- Instituições de ensino profissional;
- Agrupamentos de escolas;
- Forças de Segurança e Proteção Civil;
- Organizações não governamentais;
- Associações e grupos locais da cultura, etnografia, artes e desporto;
- Entidades da saúde e ação social;
- Confrarias religiosas.

INSTITUIÇÃO	CONTACTO
A. ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DE ÂMBITO NACIONAL OU REGIONAL DOS SETORES: AMBIENTE, FLORESTA, AGRICULTURA, ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	
ICNF, I.P. (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas)	pnpg@icnf.pt sandra.sarmento@icnf.pt
Parque Natural Baixa Limia Serra do Xurés	jose.antonio.amoeiro.mosquera@xunta.gal
CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte)	sec.presidente@ccdr-n.pt cristina.guimaraes@ccdr-n.pt
DRAP-Norte (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte)	geral@drapnorte.gov.pt
APA (Agência Portuguesa do Ambiente)	arhn.geral@apambiente.pt ines.andrade@apambiente.pt

DGPC (Direção Geral do Património Cultural) DRC Norte (Direção Regional de Cultura do Norte)	rgoncalves@dgpc.pt geral@culturanorte.gov.pt
B. COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS	
Comunidade Intermunicipal do Alto Minho	geral@cim-altominho.pt
Comunidade Intermunicipal do Cávado	geral@cimcavado.pt
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega	geral@cimat.pt
C. CÂMARAS MUNICIPAIS	
Câmara Municipal de Melgaço	geral@cm-melgaco.pt gap@cm-melgaco.pt
Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	geral@cmav.pt
Câmara Municipal de Ponte da Barca	geral@cmpb.pt
Câmara Municipal de Terras de Bouro	gap@cm-terrasdebouro.pt geral@cm-terrasdebouro.pt
Câmara Municipal de Montalegre	gap@cm-montalegre.pt
D. JUNTAS DE FREGUESIA DO PNPG	
Concelho de Melgaço:	
UF Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	junta.laboreiro@gmail.com
Concelho de Arcos de Valdevez:	
Gavieira	americodominguespio@hotmail.com
Cabana Maior	joaquimcampos@bricelta.com
Cabreiro	jfcabreiroavv@gmail.com joaocb_@hotmail.com
Gondoriz	j.f.gondoriz@sapo.pt andremiguelbarreiro@gmail.com
Soajo	jf-soajo@freguesiadeportugal.com alexandrebarreiragomes@hotmail.com
Concelho de Ponte da Barca:	
Britelo	f.britelo@gmail.com
Lindoso	juntadefreguesialindoso@hotmail.com
UF Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	geral@ufeareg.pt
Concelho de Terras de Bouro:	
Campo do Gerês	jfcampodogeres@gmail.com

Covide	jf.covide.tbr@iol.pt
Rio Caldo	jf.riocaldo@gmail.com
Vilar da Veiga	jfvveiga@gmail.com
Concelho de Montalegre:	
Cabril	geral@jf-cabril.pt marciocarvalhoazevedo@gmail.com
Outeiro	nunopiresdaniel@icloud.com
Pitões das Júnias	freguesiapitoes@sapo.pt
Tourém	jaimeafonso@gmail.com
UF Sezelhe e Covelães	Uf.sezelhe.covelaes@gmail.com
E. ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DO SETOR DO TURISMO	
Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	turismo@portoenorte.pt carlos.ferreira@portoenorte.pt
ATP - Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal	info@visitportoandnorth.travel
Conselho Municipal de Economia e Desenvolvimento – Ponte da Barca	amarinho@cmpb.pt geral@cmpb.pt
Conselho Municipal do Turismo – Arcos de Valdevez	geral@cmav.pt
Ecomuseu de Barroso	geral@ecomuseu.org
Gerês Viver Turismo - Associação de Defesa e Promoção do Gerês	vivergeres@gmail.com
Grupo de trabalho do turismo (Cogestão do PNPG)	info@equidesafios.com
F. ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	
ADERE Peneda Gerês - Associação de Desenvolvimento das Regiões do PNPG	geral@adere-pg.pt
ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho	geral@adriminho.pt
ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima	info@adril.pt
ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave	altocavado@mail.telepac.pt
ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	geral@adrat.pt
ARDAL- Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima	geral@ardal.pt

G. ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS, EMPRESARIAIS E SIMILARES	
In.Cubo – Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras	info@incubo.eu
ACIAB - Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca	aciab@aciab.pt
AEPB - Associação Empresarial do Planalto Barrosão	geral@aepb.pt
AEVH - Associação Empresarial do Vale do Homem	geral@aevh.pt
Associação Empresarial Minho Fronteiriço	info@aemf.pt
Associação Montalegre com Vida	Armando Pinto 964237640
Centro de Gestão de Empresa Agrícola do Barroso	
Centro de Gestão de Empresas Agrícola do Alto Barroso	
H. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	
CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente	cpada@cpada.pt migueldantasgama@gmail.com
FAPAS – Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens	fapas@fapas.pt
GRUPO LOBO — Associação para a Conservação do Lobo e do seu Ecossistema	globo@ciencias.ulisboa.pt
I. INSTITUIÇÕES DE ENSINO	
Universidade do Minho	sec-reitor@reitoria.uminho.pt jbrilha@dct.uminho.pt
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	reitor@utad.pt
Universidade do Porto	reitoria@reit.up.pt
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	geral@ipvc.pt
Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço	geral@esdl.ipvc.pt
EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior	sec_melgaco@eprami.pt
Escola Profissional do Alto Lima (EPRALIMA)	info@epralima.pt
EPATV – Escola Profissional Amar Terra Verde	geral@epatv.pt
Agrupamento de Escolas de Melgaço	eb23s.melgaco@escolas.min-edu.pt
Agrupamento de Escolas de Valdevez	agrup.valdevez1@sapo.pt
Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca	pbarca95@mail.telepac.pt
Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro	dir@aetb.pt
Agrupamento de Escolas Dr Bento da Cruz de Montalegre	geral@aebentocruz.pt

J. ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS, BALDIOS, ASSOCIAÇÕES DE PROPRIETÁRIOS, ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVA E ASSOCIAÇÕES E CLUBES DE CAÇA E PESCA	
Associação Florestal Atlântica	atlantica.associacao.florestal@gmail.com ou baldiospnpg@gmail.com
ACEB - Associação para a Cooperação Entre Baldios	acebviana@gmail.com
AFCÁVADO - Associação Florestal do Cávado	geral@afcavado.pt
AFLIMA - Associação Florestal do Lima	afloreslima@gmail.com
AFURNA - Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho Da Furna	mantunes@mail.telepac.pt manutunes@mail.telepac.pt
Agrupamento dos Baldios Peneda-Gerês	absgeres@gmail.com
APFVMINHO - Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	geral@valminhoflorestal.com
ASFLOBAR - Associação dos Produtores Florestais do Barroso	asflobar@iol.pt
Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia da Gavieira	cdbaldiosfgavieira@gmail.com
Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia de Cabreiro	armandaafonso@hotmail.com
Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia de Soajo	baldiosdesoajo2021@gmail.com
Assembleia de Compartes dos Baldios de Brufe e Cortinhas	baldiospnpg@gmail.com
Assembleia de Compartes dos Baldios de Lamas de Mouro	carlosramalhosa@gmail.com
Assembleia de Compartes dos Baldios dos Lugares de Adofreire, Coriscadas, Falagueiras	valanciano@hotmail.com
Associação de Caça e Pesca da Serra do Gerês	acpserrageres@gmail.com mjcv.333@gmail.com
Associação de Caça e Pesca de Ponte da barca	
Associação de Compartes de Freguesia de Campo do Gerês	piresjcr@gmail.com
Associação de Pesca Desportiva do Vez	josecmarinho@gmail.com
Associação dos Baldios do PNPG e Reserva da Biosfera	abpnpg@gmail.com ou luciapitoes@gmail.com
BALADI - Federação Nacional de Baldios	baladi.baldios@gmail.com
Baldio da Além	valanciano@hotmail.com
Baldio do Rodeiro	
Clube de caça e pesca de Arcos de Valdevez	cacapescaav@hotmail.com

Clube de Caça e Pesca do Campo	manuelpires1954@hotmail.com
Clube de Caça e Pesca e Ecologia de Terras de Bouro	jcrochadias@gmail.com
Comissão Consortes Covide	paulocracel@hotmail.com
CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal	confagri@confagri.pt; isabel.santana@confagri.pt
Conselho Diretivo dos Baldios de Covelães	abpnpg@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios da Aldeia de Paredes do Rio	ascparedesdorio@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios da Ermida	baldios.ermida2014@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Britelo	baldiospnpg@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Castro Laboreiro	baldioscastrolaboreiro@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Entre Ambos-os-Rios	baldioearios@sapo.pt
Conselho Diretivo dos Baldios de Assento e Quintã	valedasmos@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Cabril	marciocarvalhoazevedo@gmail.com, baldiosdecabril@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Cela e Sirvozelo	geral@regis-sat.com , simao64@sapo.pt
Conselho Diretivo dos Baldios de Covelães	bpnpg@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Fafião	raulfafiao@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Freguesia de Cabana Maior	joaquimcampos@bricelta.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Freguesia de Gondoriz	abbarreiro@sapo.pt ou cdbaldiosfgondoriz@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Sistelo	durvalgave@sapo.pt
Conselho Diretivo dos Baldios de Freguesia de Lindoso	cdbaldiosflindoso@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Lapela	diogobarroso1@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Outeiro e Parada	bfepereira@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Paredes	baldiospnpg@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Pincães	conselhodiretivodepincaes@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Pitões das Júnias	baldiopitoes@gmail.com freguesiapitoes@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de S. Bento de Castro Laboreiro	baldio.sbento@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Sezelhe	nanyxpto@hotmail.com, amdcascais@gmail.com

Conselho Diretivo dos Baldios de Tourém	paulotourem@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Travassos do Rio	carlosecarla.pires@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios de Vilar da Veiga	romeu.pires@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios do Lugar de Assento	baldiospnpg@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios do Lugar de Cabenco	baldios.cabenco@hotmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios do Lugar de Cima e Lugar de Baixo (Germil)	freguesiagermil@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios do Lugar de Cutelo	baldiospnpg@gmail.com
Conselho Diretivo dos Baldios do Lugar de Ervedeiros	pazperezdomingo@gmail.com
Conselho Diretivo dos Compartes dos Baldios dos Camarros	baldiocamarro@gmail.com
FENCAÇA	1regiao@fencaca.pt; sede@fencaca.pt
Foral - Associação de Proprietário do Monte da Ermida, Froufe e Lourido	xicolopes91@gmail.com ou foral@sapo.pt
Forestis - Associação Florestal de Portugal	geral@forestis.pt
Freguesia de Covide	jfcovide.tbr@gmail.com
Freguesia de Rio Caldo	Jf.riocaldo@gmail.com
ZCA Cabana Maior	joaquimcampos@bricelta.com
ZCA Cabreiro	sandraflorestal@gmail.com
ZCA Calcedónia	
ZCA Campo do Gerês	manuelpires1954@hotmail.com
ZCA Castreja	
ZCA da Geira	
ZCA Foral	xicolopes91@gmail.com
ZCA Germil	cerecupe1999@hotmail.com
ZCA Gondoriz	coelhotorresavv@gmail.com
ZCA Lamas de Mouro	
ZCA Peneda	carlosramalhosa@gmail.com
ZCA Peneda Gavieira	carlosramalhosa@gmail.com
ZCA S.Miguel e Britelo	cerecupe1999@hotmail.com
ZCA Serra Amarela	ccpfl@hotmail.com

	helderdavid71@hotmail.com
ZCA Serra do Gerês	acpserrageres@gmail.com
ZCA Soajo	catito-soajo@hotmail.com
K. FORÇAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL	
ANEPC: Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga Comando Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real	 cdos.braga@prociv.pt cdos.vcastelo@prociv.pt cdos.vreal@prociv.pt
Comando Operacional da GNR Convidam-se os Comandos e Unidades Territoriais de Viana do Castelo, Braga e Vila Real: ● **GNR-SEPNA** (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) ● **GNR-UEPS** (Unidade de Emergência de Proteção e Socorro): - Companhia de Intervenção de Proteção e Socorro; - Posto de Busca de Resgate em Montanha do Parque Nacional da Peneda-Gerês.	co@gnr.pt
AGIF - Núcleo de Coordenação Regional Norte	agif@agif.pt
ICNF - CNAF - Corpo Nacional de Agentes Florestais do PNPG	sandra.sarmento@icnf.pt
ICNF - Vigilantes da Natureza do PNPG	sandra.sarmento@icnf.pt
INEM, a convidar: - Delegação Regional do Norte - CODU Porto – Centro de Orientação de Doentes Urgentes	inem@inem.pt
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço	bombeirosmelgaco@gmail.com
Associação Humanitária dos Bombeiros Arcos de Valdevez	geral@ahbvav.pt
Associação Humanitária dos Bombeiros Ponte da Barca	secretaria1bvpb@sapo.pt comando.bvpb@sapo.pt
Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro	bombeirostb@gmail.com
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre	bvmontalegrecmd@hotmail.com
Bombeiros Voluntários de Salto	bvsalto.comando@hotmail.com ahbvsalto@gmail.com

Serviço Municipal de Proteção Civil Melgaço	gtf_melgaco@cm-melgaco.pt
Serviço Municipal de Proteção Civil Arcos de Valdevez	geral@cmav.pt
Serviço Municipal de Proteção Civil Ponte da Barca	geral@cmpb.pt, vazevedo@cmpb.pt
Serviço Municipal de Proteção Civil Terras de Bouro	proteccaocivil@cm-terrasdebouro.pt
Serviço Municipal de Proteção Civil Montalegre	município@cm-montalegre.pt
Delegação de Melgaço da Cruz Vermelha Portuguesa	dmelgaco@cruzvermelha.org.pt
Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa (Arcos de Valdevez)	geral@cvp-arcos.pt
Núcleo do Gerês da Cruz Vermelha Portuguesa Vila do Gerês	cvp-geres@hotmail.com
Núcleo de Rio Caldo da Cruz Vermelha Portuguesa	cvp.riocaldo@gmail.com
Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa (Montalegre)	dmontalegre@cruzvermelha.org.pt luisaleonor57@gmail.com
L. COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES	
Associação de produtores locais - Melgaço Rural	ruilameira@sapo.pt
AATBAT - Associação Agricultores Terras Barroso Alto Tâmega	aatbat@capmail.com.pt
AATBAT – Associação dos Agricultores das terras do Barroso Alto Tâmega	aatbat@capmail.com.pt
ACERG - Associação de Criadores de Equinos de Raça Garrana	acerg@mail.telepac.pt
AMIBA – Associação de Criadores de Bovino de Raça Barrosã	geral@amiba.com.pt
ANCABRA - Associação Nacional de Criadores de Cabra Bravia	ancabra@sapo.pt
ANCSUB - Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bísara	ancsub@mail.telepac.pt
APACRA - Associação Portuguesa dos Criadores de Bovinos da Raça Minhota	apacra@gmail.com
ARAAM - Associação Regional Agricultores do Alto Minho	araam@sapo.pt
ARAP - Associação raiana agro-pecuária de Monção e Melgaço	arapagropecuaria@sapo.pt
Associação Agro-Florestal das Terras do Barroso	aaftbarroso@sapo.pt
Associação de Criadores da Raça Cachena	acrc.cachena@gmail.com
Associação de Produtores Autóctones da Serra de Cabril	
Associação de Produtores Biológicos de Terras de Bouro	apbterrasbouro@gmail.com
Associação Defesa Vegetal Do Barroso	coagrimonte@iol.pt
Associação dos Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã	fumeirobarroso@gmail.com

Associação Nacional dos Criadores de Gado da Raça Barrosã	barrosa@sapo.pt
CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, CRL	cavagri@cavagri.pt
COOPBARROSO – Cooperativa Agrícola do Barroso	geral@coopbarroso.pt
COOPBÍSARO - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Suínos da Raça Bísara de Paredes do Rio, CRL	coagrimonte@iol.pt
Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca	cooparcosbarca@mail.telepac.pt
Cooperativa Agrícola Produtores de Batata de Semente de Montalegre, CRL	coagrimonte@iol.pt
Cooperativa de Agricultores de Modo de Produção Biológico Concelho Montalegre, CRL - Cavada do Povo	
Quintas de Melgaço- Agricultura e Turismo SA	quintademelgaco@sapo.pt comercial@quintasdemelgaco.pt
M. ASSOCIAÇÕES E GRUPOS LOCAIS DA CULTURA, ETNOGRAFIA, ARTES, DESPORTO E GRUPOS DE ESCUTEIROS	
Associação Desportiva e Cultural de Soajo	adcsoajo@gmail.com
Artebarca	rosemarie.araujo1@gmail.com
Associação “Os Amigos de Lindoso”	osamigosdelindoso2017@gmail.com
Associação “Os amigos de Vila Nova”	lrbmarinho@gmail.com
Associação Cultural e Desportiva de Vilarinho das Quartas	ranchovilarinho@hotmail.com
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Entre Ambos-os-Rios	ass.ambososrios@gmail.com
Associação de Desenvolvimento de Fafião – VEZEIRA	associacaovezeira@gmail.com
Associação Desportiva “Os Britelenses”	adob.britelo@gmail.com
Associação Desportiva R. C. de Terras de Bouro	miguel_rodrigues_79@hotmail.com
Associação Desportiva, Social e Cultural da Freguesia de Lindoso	zemanelaraujo05@gmail.com
Associação dos Amigos da Seara	amigosdaseara@sapo.pt
Associação Melgaço Radical, SA	geral@melgacoradical.com
Associação Montalegre com Vida	montalegrecomvida@gmail.com
Associação para o Desenvolvimento de Pitões das Júnias	apdpitoes@gmail.com
Associação Péd'Rios	pedriosgeral@gmail.com
Associação Rusga de Cabreiro	rusga.de.cabreiro@gmail.com
Casa do Povo de Soajo	cpvsoajo_1933@hotmail.com

Centro Recreativo e Cultural de Vilar Suente	vilarsuente@gmail.com joaquimfernandes74@gmail.com
Charanga de Vilar da Veiga	jfvveiga@gmail.com
Clube Frente Cultural de Vilar da Veiga	tigaopires91@hotmail.com
CNE – Agrupamento 1115 Montalegre	geral@agr1115.cn-escutismo.pt
CNE – Agrupamento 1364 – Pedra Bela	marinhaesteves@gmail.com gesrescorreia@gmail.com
CNE – Agrupamento 214 Arcos de Valdevez	cne.21arcosdevaldevez@gmail.com
CNE – Agrupamento 396 Ponte da Barca	geral.396@escutismo.pt
CNE- Agrupamento 1248 Moimenta	jc.carlos@sapo.pt
Confraria da Nossa Senhora da Peneda	confraria.peneda@gmail.com
Deburicis - Clube de Arte e Recreio	deburicis@gmail.com
Época Prodígio – Associação Cultural e Desportiva da Várzea	
Gerês Jovem	calosgemeo@hotmail.com
Grupo Cultural Desportivo e Recreativo de Rio Caldo	gcdr.riocaldo@gmail.com, silva.amado@sapo.pt, mariafilomenasaraujo@gmail.com
Irmandade de S.Bento da Porta Aberta	geral@sbento.pt
Lírios do Gerês	adrianorodpereira@gmail.com
O Fiadeiro de Pitões das Júnias	fiadeirodecontos@gmail.com
Rancho De Castro Laboreiro Ribeiro de Baixo e Cima	
Rancho Folclórico “Estrela do Norte” Gondoriz	ranchofeng@hotmail.com
Rancho Folclórico da Associação de Paradela de Valdozende	
Rancho Folclórico das Camponesas da Vila de Soajo	ranchofolc.soajo@gmail.com
Rancho Folclórico de Entre Ambos-os-Rios	ranchoentreambososrios@gmail.com
Rancho Folclórico do Lindoso	zemanelaraujo05@gmail.com
União Desportiva, Recreativa e Cultural de Cidadelhe	udrccidadelhe@gmail.com
N. ENTIDADES DA SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E EMPREGO	
Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Melgaço	geral@cm-melgaco.pt

Associação Social cultural da Freguesia de Britelo	ascfbritelo@gmail.com
Associação Social e Cultural de Paredes do Rio	acsparedesdorio@hotmail.com
Centro Social de Entre Ambos-os-Rios	csearios@sapo.pt
Centro Social e Paroquial de Cabril	cspcabril@sapo.pt
Centro Social e Paroquial de Covide	centrosocialdecovide@gmail.com
Centro Social e Paroquial de Rio Caldo	larriocaldo@gmail.com
Centro Social e Paroquial de Vilar da Veiga	centrosocialvilveiga@sapo.pt
Centro Social Paroquial de Soajo	geral@cspsoajo.pt, cspsoajo@gmail.com
IEFP - Gabinetes de Inserção Profissional – Melgaço	gabinprof.mlg@eprami.pt
IEFP - Gabinetes de Inserção Profissional – Montalegre	gip@cm-montalegre.pt
IEFP - Gabinetes de Inserção Profissional – Terras de Bouro	gip@cm-terrasdebouro.pt
IEFP - Serviço de Emprego de Arcos de Valdevez	se.arcos_valdevez@iefp.pt
Irmandade da Santa casa da Misericórdia de Montalegre	geral@misericordiamontalegre.pt
Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca	geral@scmpb.pt, provedor@scmpb.pt

2. COMO FORAM AUSCULTADOS?

A metodologia adotada nesta auscultação privilegiou a realização de diferentes momentos de participação, de forma concertada com os objetivos da comunicação e informação ao público interessado do PNPG. No Documento Complementar III da proposta do Plano de Cogestão do PNPG apresenta-se com detalhe cada uma das seguintes formas de auscultação que foram realizadas, a saber:

- 5 Sessões públicas de apresentação, realizadas em julho de 2021, após a constituição da Comissão de Cogestão, com o objetivo de dar a conhecer ao público interessado o modelo de cogestão das áreas protegidas e, em concreto, do PNPG;
- Inquérito online, lançado também em julho de 2021, com o objetivo de facilitar a participação do público interessado e a apresentação de propostas no âmbito dos objetivos da cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês (formulário eletrónico disponibilizado no site da ADERE-PG https://www.adere-pg.pt/pt/consulta_publica.php;
- 5 Sessões participativas com os atores-chave do território, realizadas em 2022.

- Auscultação a todos os órgãos gestores dos Baldios do PNPG, que se realizará de forma contínua, tendo já ocorrido um primeiro momento em junho/julho de 2022, por intermédio da Associação Atlântica, membro da Comissão de Cogestão do PNPG e representante dos baldios que integram a área protegida, com o objetivo de recolher a opinião e contributos para a proposta do Plano de Cogestão.
- Reuniões com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal e com a Direção regional de Agricultura e Pescas do Norte, com o objetivo de apresentar e recolher contributos para o Plano de Cogestão do PNPG.

3. QUAIS OS RESULTADOS E AS PRINCIPAIS ILAÇÕES A RETIRAR DESTA AUSCULTAÇÃO?

3.1. Sessões públicas de apresentação

Nas sessões públicas de apresentação participaram 141 pessoas, 80 de forma presencial e 61 online:

Tabela 1 - Presenças nas sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão

Município	Participação presencial	Participação online	Totais
Ponte da Barca	15	8	23
Terras de Bouro	9	9	18
Melgaço	8	7	15
Montalegre	27	28	55
Arcos de Valdevez	21	9	30
Totais	80	61	141

As sessões públicas de apresentação da proposta do Plano de Cogestão foram muito úteis no sentido em que permitiram dar a conhecer a todos os interessados, dos cinco municípios do PNPG, o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas em geral e do PNPG em particular.

Foi considerado o momento de arranque de todo um trabalho a desenvolver com os atores locais, tendo sido dada a oportunidade para os presentes apresentarem algumas propostas e esclarecerem dúvidas.

Figura 1 - Convite enviado às entidades e divulgado nos canais online para participação nas sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão

3.2. INQUÉRITO ONLINE

Este inquérito foi publicitado no site da ADERE-PG, separador da Cogestão (https://www.adere-pg.pt/pt/consulta_publica.php), permitindo ao público em geral a apresentação de propostas de medidas e eventuais ações importantes para o PNPG no âmbito da cogestão.

A informação recolhida foi tratada durante o período em que decorreu a consulta pública, de modo a poder ter em consideração todos os contributos apresentados.

3.3. SESSÕES PARTICIPATIVAS COM OS ATORES-CHAVE DO TERRITÓRIO

Para além das sessões públicas de apresentação sobre o modelo de cogestão das áreas protegidas, realizadas em julho de 2021 nos municípios do PNPG e, em concreto, sobre o modelo de cogestão proposto para o Parque Nacional, foram promovidas sessões públicas participativas para apresentação e discussão da proposta final do Plano de Cogestão do PNPG , de modo a garantir o envolvimento dos atores-chave do território, bem como facilitar o processo de auscultação e de apresentação de contributos e propostas por parte destes atores.

Estas sessões participativas realizaram-se durante os meses de novembro e dezembro de 2022, em simultâneo com o processo de consulta publica da proposta do Plano de Cogestão do PNPG. Realizou-se uma sessão participativa em cada um dos municípios integrantes do PNPG, organizada em dois momentos: um primeiro de apresentação da Proposta do Plano de Cogestão e um segundo momento de participação, onde se auscultaram os atores-chave e identificaram

propostas de melhoria e de ações a incluir no Programa de Medidas do plano. As sessões participativas foram dirigidas pela Comissão de Cogestão do PNPG, com o suporte da Estrutura de Apoio. Foram convidados a participar todas as entidades identificadas na listagem dos atores-chave do PNPG, identificados no ponto 1 deste documento.

Além do referido, durante o período de vigência do Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, serão promovidas sessões públicas para apresentação de resultados da implementação do Plano (uma por ano).

3.4. CONTRIBUTO DOS ÓRGÃOS GESTORES DOS BALDIOS DO PNPG

Através da Associação Atlântica que representa os Baldios do PNPG na Comissão de Cogestão, foram solicitados contributos aos órgãos de gestão dos baldios do PNPG, considerando a importância dos mesmos na gestão do território e para a implementação do Plano de Cogestão do PNPG. Alguns dos contributos que são comuns a todos são os seguintes:

- Importância de definir quais os serviços do ecossistema mais relevantes no PNPG, definir uma metodologia de qualificação e quantificação desses serviços e promover uma forma de renumerar os gestores dos territórios pela sua manutenção/melhoria;
- Importância do controlo das espécies invasoras (flora e fauna);
- Levantamento de projetos/atividades desenvolvidas pelas comunidades locais;
- Importância do reforço dos meios humanos e materiais;
- Importância da revisão das medidas dos apoios zonais no âmbito das medidas agroambientais;
- Criação de um posto de vigilância em formato dos colaboradores das Brigadas de Sapadores, para conseguir ter capacidade de vigilância a Fogos, que podem causar perigo as populações e animais, destrói todo o habitat natural, flora e animal;
- Regulamentação relativa à sinalética a ser colocada, e o encerramento de vias e acessos, a furtivos praticantes de motocross, raides de todo terreno e outras.
- Regulamentação relativa aos operadores turísticos e, se possível, o estabelecimento de protocolos com os diferentes agentes económicos locais (restaurantes, hotéis, casas de turismo rural) o pagamento de uma taxa que reverta para trabalhos e demais operações de segurança;
- Os processos de análise intervenção a pedidos e projetos de revitalização e reabilitação de caminhos, infraestruturas de apoio a agricultura e ao pastoreio e ao turismo devem ser mais céleres, e menos burocráticos por parte do ICNF, I.P.;
- Participação e apoio do ICNF, I.P. financeiramente e tecnicamente numa cooperação proactiva enquanto entidade parceira e cogestora e menos burocrática;
- Melhoria dos caminhos existentes e abertura de novos estradões para acesso de viaturas de combate a incêndios;

- Fomento da construção de pontos de água na serra para combate a incêndios;
- Construção de rede de água e saneamento para a freguesia contribuindo para o bem-estar da população e preservação do ambiente;
- Facilitar o acesso dos operadores turísticos a materiais de promoção do território (mapas, prospetos, etc.);
- Necessidade de articular e aprofundar a parceria com BALDIOS/FORAL na divulgação, manutenção e gestão da Grande Rota Peneda-Gerês (GR50) e nos demais percurso existentes;
- Formação e capacitação das entidades - formação sobre o território do PNPG, seus valores e seus instrumentos de gestão direcionada para os Baldios;
- Melhoria de caminhos de servidão existentes nos baldios (valetas, aquedutos, muros de suporte, etc.);
- Manutenção e sinalização dos trilhos existentes já divulgados para o público visitante.

No anexo I deste documento apresentam-se os contributos recebidos da Associação Atlântica, de forma individualizada por baldio (nem todos os baldios apresentaram contributos).

4. CONSULTA PÚBLICA

4.1. COMO FOI PROMOVIDA A CONSULTA PÚBLICA?

Não obstante a participação pública ocorrida, por via da auscultação e envolvimento dos atores-chave no PNPG, conforme já descrito, a proposta de Plano de Cogestão do PNPG foi sujeita a consulta pública.

Esta consulta pública foi divulgada através de aviso a publicitar a mesma, com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na Internet das entidades representadas na comissão de cogestão, por um período não inferior a 20 dias.

Durante o período de consulta pública, a Comissão de Cogestão do PNPG promoveu a criação de canais de contacto direto para uso do público em geral, preferencialmente por via eletrónica.

A informação relativa à consulta pública da proposta de Plano de Cogestão do PNPG foi feita através dos meios mais adequados a garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral, nomeadamente através dos sítios na Internet das entidades públicas representadas na Comissão de Cogestão do PNPG.

Adicionalmente, a Comissão de Cogestão do PNPG promoveu a realização de sessões participativas com o intuito de divulgar este documento e fomentar a participação pública e o envolvimento de todos os interessados. Efetivamente, foram realizadas cinco Sessões Participativas (uma sessão por município do PNPG), precisamente para obter contributos dos

vários atores convidados, nomeadamente no que respeita ao Programa de Medidas que integra a proposta do Plano de Cogestão.

Após a recolha de todos os contributos da consulta pública da proposta de Plano de Cogestão do PNPG, estes foram objeto de apreciação pela Comissão de Cogestão do PNPG e foi elaborado um relatório com o resultado da consulta pública e da forma como a mesma foi tida em conta na proposta final do Plano de Cogestão do PNPG.

4.2. QUAIS FORAM OS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

A proposta do Plano de Cogestão do PNPG, e de acordo com estipulado no Decreto-lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, foi colocada em consulta pública no dia 18 de novembro de 2022, por um período de vinte dias.

Foram rececionadas 23 participações, integrando um total de 66 contributos, que foram analisados e ponderados de acordo com o âmbito e pertinência para os objetivos da cogestão do PNPG.

Procedeu-se à elaboração do relatório de ponderação da consulta pública e à alteração da proposta do Plano de Cogestão, em resultado dos contributos da consulta que foram acolhidos pela Comissão de Cogestão. A proposta definitiva do Plano de Cogestão (com as alterações decorrentes do processo de consulta pública) foi aprovada pela Comissão de Cogestão, com parecer favorável do Conselho Estratégico do PNPG.

No anexo II, apresenta-se o relatório da consulta pública.

ANEXOS

ANEXO I. CONTRIBUTOS DOS ÓRGÃOS GESTORES DOS BALDIOS DO PNPG

1. CONTRIBUTO DO AGRUPAMENTO DE BALDIOS DA SERRA DO GERÊS

a) *Importa definir quais os serviços do ecossistema mais relevantes no PNPG, definir uma metodologia de qualificação e quantificação desses serviços e promover uma forma de renumerar os gestores dos territórios pela sua manutenção/melhoria.*

b) *Em termos de certificação de serviços do ecossistema, o PNPG encontra-se na linha da frente de todas as outras áreas protegidas, pois tem certificadas (FSC®) duas comunidades locais em serviços do ecossistema (manutenção da capacidade de retenção de carbono – mais de 4.000 hectares; e manutenção da biodiversidade – mais de 200 hectares). Este facto pode e deve ser mais-valia na emergência da renumeração dos serviços do ecossistema em PNPG.*

c) *A proteção e conservação de valores naturais e habitats prioritários deve ser transversal ao regime de propriedade. Entendendo a dificuldade em agregar propriedade privada, contudo não pode ser entendível que a proteção e conservação de povoamentos florestais de alto valor só tenha cabimento em território do Estado. Nem pode ser entendível que ações a realizar em territórios comunitários sejam executadas sem anuência dos seus gestores.*

d) *Cremos que poderíamos alargar o âmbito na produção de plantas para pequenos viveiros em PNPG, onde algumas sementes poderiam se manter no território e depois serem disponibilizadas para as comunidades locais, com potencialidades para as receber e gerir.*

e) *Caso a recolha incida apenas em pinheiro silvestre, deveria ser dada a possibilidade de cedência às comunidades locais, para plantação e gestão em locais próprios.*

f) *Inventariar as áreas ameaçadas por espécies exóticas invasoras, identificando as principais vias de introdução e dispersão, e definir estratégias com vista ao seu controlo ou*

erradicação, em articulação com as outras entidades competentes, sendo que, e em especial no que se refere ao Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), se proceda à atualização do inventário das áreas invadidas pela Acácia dealbata Link (acácias) e, na sequência do resultado do mesmo:

- *Elabore um novo Programa de Controlo e Recuperação dos habitats invadidos;*
- *Envolva no programa os técnicos do PNPG, especialistas nesta matéria, as populações, autarquias locais, os conselhos diretivos dos baldios e assembleias de compartes dos baldios;*
- *Reforce os meios humanos, técnicos e materiais no PNPG para concretizar o programa elaborado;*
- *Reestruture a estrutura de direção e gestão das áreas protegidas garantindo uma gestão própria de proximidade.*

g) *É opinião do Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês que se deve proceder à inventariação das áreas ocupadas por invasoras lenhosas (em especial para o género acácia, para austrálias e haqueas), e se possível descer o nível de inventariação a exemplares isolados (pode-se em alguns casos conseguir por informação de populares e comunidades locais). Também se preconiza que se proceda ao seu controlo plurianual, com priorização de áreas, com principal enfoque em exemplares isolados e pequenos núcleos.*

h) *A elaboração de um plano a longo prazo, a determinação do seu financiamento e a garantia da sua monitorização poderá ser um passo decisivo para atividades plurianuais e planeadas transversalmente ao território.*

i) *Deverá também existir um levantamento das atividades planeadas pelas comunidades locais (em especial decorrentes de candidaturas a fundos comunitários), e sua integração no plano de gestão global.*

j) *Propõe-se a criação de apoio às comunidades locais para que estas façam a preparação de sub-coberto de povoamentos adultos de espécies autóctones com potencial para pastoreio e aloquem o pastoreio para manutenção do coberto vegetal rasteiro, aumentando a vigilância em povoamentos florestais e manutenção dum baixo fitovolume.*

k) *Criação de contratos programa entre as comunidades locais e os pastores, envolvendo-os em ações conjuntas de redução de carga de combustível e sua manutenção com pastoreio.*

l) *A implementação de GPS, especialmente em gado bovino poderia ser uma boa forma de controlo do pastoreio, bem como potenciar estudos sobre a forma de pastoreio dos rebanhos, além de permitir a fácil localização em caso de se verificar a ausência de efetivo, especialmente bovino.*

m) *É urgente que relativamente às comunidades locais, proprietárias e detentoras da generalidade dos recursos naturais que compõe o PNPG, a Comissão de Cogestão desenvolva esforços no sentido de serem reconhecidos os direitos de propriedade e promova a definição dos termos em que o uso das suas propriedades pode ser feito por terceiros.*

n) *As medidas de gestão das propriedades dos sectores privado e cooperativo que, correspondendo a interdições e condicionalismo impostos para efeitos de conservação ou de fonte de externalidades para beneficiar terceiros, criem potenciais prejuízos aos titulares de direitos subjetivos (de propriedade), devem ser contratualizadas com os respetivos interessados, ou com quem de facto os representa.*

2. CONTRIBUTO DO CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DOS CAMARROS - CASTRO LABOREIRO E CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DA FREGUESIA DE CASTRO LABOREIRO

Apresentam-se os contributos prioritários a serem convenientemente apresentados, debatidos e colocados em prática, com um objetivo de defesa do património, natural, histórico, humano, social e económico das Populações e espécies naturais, sem descorar o progresso, e a inovação compatível com a defesa de todos os valores inerentes a estas regiões altamente desfavorecidas de alta montanha, e que nomeadamente em Castro Laboreiro sentimos como não são base necessária de reflexão mas também de ação, sendo que agir é progredir, em todos os sentidos.

Assim sendo passamos ao que consideramos situações importantes a sinalizar e a ter em atenção, poi um território protegido tem de ser um território rentável para que tudo se possa sustentar e desenvolver:

a) *Carta de Perigosidade*

- A cartografia de perigosidade de incêndio rural é um elemento crucial para o planeamento das medidas de prevenção e combate a incêndios rurais, permitindo o acesso a informação cruzada do ordenamento do território, do ordenamento florestal e da prevenção estrutural, para a definição dos condicionamentos às atividades de fruição dos espaços rurais.
- No dia 8 de março de 2022, ao abrigo do n.º 5 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, o Conselho Diretivo do ICNF, I.P. aprovou a carta estrutural de perigosidade de incêndio rural.
- A cartografia de perigosidade de incêndio rural é uma das componentes da cartografia de risco de incêndio rural de acordo com estatuído no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto -Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, sendo um elemento crucial para o planeamento das medidas de prevenção e combate a incêndios rurais, por via do ordenamento do território, do ordenamento florestal e da prevenção estrutural, para o condicionamento às atividades de fruição dos espaços rurais e para a alocação de meios de vigilância e combate aos fogos.

b) Apoios Zonais De Carácter Agroambiental - Gestão De Pastoreio Em Áreas De Baldio - Az Peneda/Gerês

Imperativo rever as seguintes situações que devem sere equacionadas numa nova revisão em sede de propostas de candidaturas após 31/12/2022:

- Imprescindível que estas medidas voltem a contemplar como áreas de pastoreio, áreas de floresta e áreas com alguma incidência rochosa. Pois no nosso território as áreas de floresta a exceção de áreas com plantação de resinosas, comportam condições de pastoreio, dormitório e resguardo das condições climáticas agressivas (chuva, neve e sol) aos animais. Também existem zonas de alguma incidência rochosa, que comporta alimento nomeadamente para animais caprinos. É imprescindível e indissociável voltar a integrar medidas Silvo ambientais / silvo pastorícia aumentando a área líquida de pastoreio;
- Permitir uma integração das áreas florestais e sílvicas numa plataforma de candidatura integrada com área de pastoreio as medidas zonais, permitira também uma melhor e maior requalificação de meios e investimento dos nossos Conselhos Diretivos em medidas de proteção e repovoamentos florestais.

- Mais fiscalização e controlo por parte dos Organismos competentes no que toca a espécie de equídeos – pois sem rentabilidade económica, para o coletivo de compartes, mas apenas para algumas explorações de produtores pecuários e agrícolas que apenas necessitam de "cabeça animal" para serem ressarcidos economicamente, **põem em risco a própria ITI Peneda Gerês** onde a maior dificuldade por parte dos órgãos gestores dos baldios candidatos está no ordenamento do pastoreio ao nível deste gado cavalar quer seja dos compartes quer seja dos não compartes. A presença deste gado cavalar o ano inteiro na serra e Planaltos já está a ser motivo de discórdia entre compartes e povoações vizinhas. Questiona-se como se pode estar de acordo com a sua presença e permanência se é uma espécie que parece ser a maior alteração aos sistemas tradicionais de pastoreio no território do PNPG. Vai até contra as práticas de luta de ordenamento e gestão do pastoreio na **serra alta onde o pastoreio era interdito em certas alturas do ano a qualquer tipo de gado,** para que certo local da serra pudesse recuperar e serem utilizados em épocas onde a presença dos animais em pastoreio não punha em risco a continuidade e biodiversidade das espécies (período de final de Primavera e Verão). Todas estas restrições de uso de pastoreio ou outras aptidões de aproveitamento silvícola, como são as proibições de aproveitamentos de recursos endógenos, não possuem qualquer contrapartida para as comunidades locais.

c) Contrato – Programa com o Fundo de Gestão Florestal Permanente

Ao abrigo deste Protocolo entre as nossas entidades e o ICNF, num conjunto de ações a desenvolver envolvendo meios humanos e técnicos, nomeadamente as equipas de Sapadores florestais, seria de considerar, para períodos de médio prazo, as seguintes condições ou novas propostas:

- Desafiar os municípios a promover protocolos de ações de limpezas a trilhos municipais, vias públicas de populações e estradas, para efetivar uma melhor rentabilização económica do Baldio ao dispor destes meios humanos para o serviço, e potenciar melhoramento dos salários de forma a garantir melhores condições de trabalho e de motivação, promovendo o emprego local e a sustentabilidade destes postos.

- Garantir condições de trabalho, através da cedência sempre dentro de um quadro estratégico de atuação perante as novas medidas de combate aos incêndios, para apoio no que toca a recobro de energias, descanso, comunicações e alimentação e satisfação das necessidades primárias, das equipas de intervenção da proteção civil (Bombeiros, GNR, Brigadas de sapadores, quartel general de operações ali destacadas para os quadros de operações) – (Ex Postos da GF e antigas casas florestais); Pois durante o restante período não dito crítico, posto de apoio e de instalação as Brigadas de Sapadores, dos Baldios de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, as recentes Brigadas de Sapadores CNAF.
- Potenciar a criação de um posto de vigilância em formato dos colaboradores das Brigadas de Sapadores, para conseguir ter capacidade de vigilância a Fogos, que podem causar perigo as populações e animais, destrói todo o habitat natural, flora e animal, e ainda causa prejuízos e penalizações aos Conselhos diretivos porque a área ardida não é considerada área produtiva de pastoreio e necessita de maior período de tempo de recuperação antes de voltar a ser utilizada. Também ao nível da caça e pesca, ajudava a diminuir a caça furtiva. E também poder potenciar a criação de empregos diretos e indiretos.
- Revisão dos calendários e horas de serviço de vigilância, produzir melhores escalonamentos, e ter em atenção a dimensão dos trabalhos e das áreas muito extensas como a área de Castro Laboreiro, bem como os seus aglomerados habitacionais, torna-se necessário uma revisão pois estas horas de prevenção devem ser escalonadas de forma a poderem efetuar trabalho de serviço público e privado, libertando mais carga horária.
- Em Conselhos Diretivos como Castro Laboreiro, com uma densidade de desgaste de equipamento, e uma dimensão e área a intervencionar basta, pedia-se que o Co-gestor e a tutela, equacionam-se poder-se manter atual viatura mesmo com a entrega de uma nova, para assim se conseguir uma produtividade e uma abrangência maior na intervenção

d) Turismo

Sendo esta um vetor extremamente importante no novo conceito de Caminhadas, BTT, Peregrinos dos caminhos de S. Tiago, e um importante fator de dinamização da economia, local, concelhia, distrital e de Parque Nacional, seria importante e urgente reconsiderar os seguintes pontos:

- Que esta Comissão elabore um Regulamento, que regimente: os acessos, o agendamento, controlo de grupos, indivíduos ou provas, pontos de passagem, contactos, para que estes se encontrem devidamente autorizados, sinalizados para medidas de proteção em caso de necessidade, para gestão na sua segurança em épocas de caça, e de crias dos animais de pastoreio,
- Regulamente também uma taxa de utilização a reverter para o Baldio, para arranjos, limpeza e manutenção;
- Regulamente a sinalética a ser colocada, e o encerramento de vias e acessos, a furtivos praticantes de motocross, raides de todo terreno e outras.
- Regulamente os operadores turísticos, e que se possível protocolize com os diferentes agentes económicos locais (restaurantes, hotéis, casas de turismo rural) uma taxa que reverta para trabalhos e demais operações de segurança a ter com este novo nicho turístico.
- Nesta área encontra-se definida e programada um dos troços da Grande Rota do Parque Nacional Peneda Gerês, bem como os Trilhos Municipais de Melgaço. Aqui sugere-se que se posicionem infraestruturas e equipamentos em pontos chave, tais como estrutura antigas Escolas Primárias do Vido, antiga escola primária das Cainheiras, antigo posto da GF da Ameixoeira, casa Florestal da Portelinha, em forma de capacitar estes pontos como **Centros de Informação de Apoio ao Turismo de Natureza;**

e) *Infraestruturas – Energia*

Com esta Visão integrada esta Comissão, deve pretender estar preparada para acompanhar os últimos eventos do nosso mundo, do nosso país e assim adaptar e fortalecer mais o conceito patrimonial dos Baldios e dos compartes dentro de uma lógica adequada de prospetiva territorial que não se resuma a um sistema único de planeamento, progresso e desenvolvimento territorial assente na

economia tradicional e secular. Mas sim ser motor no que concerne a implementação de novas e adaptáveis fórmulas que produza como produto final e uma apresentação deste território, como base na sua identidade e numa identificação produtiva e sustentável economicamente e socialmente, projetando com inovação, com respeito pela história amplos meios estruturais que no futuro torne sempre possível defesa, a sua rentabilização e assim tornar possível e desejável. Com uma visão de Prospetiva Territorial capacitada aos níveis estruturais que nos seus equipamentos que nos seus recursos desenvolver estratégias diversificadas de atuação e de implementação em variados campos.

Assim, propõe-se:

- A recuperação do património agrícola tradicional com legitima adaptação às técnicas modernas, caso da recuperação dos regadios tradicionais, potenciando mecanismos de aproveitamento hídrico capazes de tornar auto sustentável a agricultura e a pecuária (como bebedouro), bem como com a sua requalificação, potenciar zonas naturais de lazer, e de condições não só de beleza e recuperação paisagística mas também de refrescamento a turistas e caminhantes, e não deixando de dar o seu contributo importante como meios de defesa no combate a incêndios;
- **Energético**, uma visão, que deixe de ser conservadora e passa a inovação, onde através das limpezas de matos, capacitar meios de transformação para produzir material natural de combustão para um aquecimento sustentado das habitações e equipamentos públicos, reduzindo a sua dependência da eletricidade e dos combustíveis, e assim reduzindo também encargos com estes equipamentos a estes níveis- Por exemplo: aproveitamento da Rede de *moinhos comunitários e demais infraestruturas, charcas e edifícios para instalação de meios e produção de energia.*
- Equacionar que se possa produzir alternativas à energia eólica, não permitida, com áreas de fotovoltaico (campos) sempre de gestão comunitária e nunca privada, para evitar a devassidão do território. Possível através de quotas e pagamentos de concessão das redes elétricas e de telecomunicações;

- Repovoamento e requalificação Florestal, para uma Colonização Interna sustentável no âmbito da reflorestação sustentável e autóctone como recurso de proteção ambiental e como riqueza natural com as respetivas medidas silvo-ambientais, protegendo o meio ambiente, contribuindo para sustentabilidade de terras, assombramento para os animais, combate a incêndios, aumento na produção de quotas de oxigénio, produzindo ar sustentável – Nas novas medidas abrangidas pelos novos quadros comunitários, deve-se propor uma taxa de investimento de capitais próprios menor que 15% ou funcionar com a caução das taxas de carbono a serem contratualizadas;
- Processos de análise intervenção a pedidos e projetos de revitalização e reabilitação de caminhos, infraestruturas de apoio a agricultura e ao pastoreio e ao turismo mais céleres, e menos burocráticos por parte do ICNF, se são exigíveis projetos de arquitetura e engenharia, estar cientes que devem os parceiros desta comissão com meios técnicos adequados a elaborarem os mesmos, pois os Baldios não tem condições financeiras nem meios humanos, estas são sistemas que dificultam e atrasam a evolução;
- Importante junto do IGESPAR, analisar e agilizar medidas de consensualização por exemplo para intervenções no alto do planalto de Castro Laboreiro, onde se encontra o parque arqueológico, para também não impossibilitar a sobrevivência dos sectores primários agricultura e pastoreio e permitir intervenções capazes de potenciar acessibilidades, exploração de água, etc..
- Participação e apoio do ICNF financeiramente e tecnicamente numa cooperação proactiva enquanto entidade parceira e co-gestora e menos burocrática, hostil e desinteressada, parcerias concretas e ajustadas no âmbito das estratégias para o desenvolvimento do turismo atendendo a que somos uma das cinco portas do PNPG, não somente com a implementação da grande rota do parque nacional (até agora e após protocolo celebrado com a entidade ADERE) não tem sortido feedback de acompanhamento nem informação e comunicação às entidades gestoras, requer mais comunicação e

informação desta entidade e o desenvolvimento em conjunto de sinergias de rentabilização da mesma – (utilizador pagador), se não poderemos observar que o investimento e a ideia concebida para esta rota vais ser mais uma situação acabada e sem sucesso. É necessário mudar os conceitos de atuações sobretudo no processo de relações. Também com uma flexibilização no que concerne a exploração dos nossos produtos endógenos, ajudar a promover a fixação de populações, apoiar o desenvolvimento e melhoramento de acessos a propriedades, ao baldio, ter uma proximidade com as populações num sentido de sensibilização e de comunicação mais vertical.

3. CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DE LAMAS DE MOURO

- Recuperação de pontos de água para aproveitamento das águas que se encontram perdidas na serra servindo de para combate a incêndios;
- Construção de pontos de abeberamento para os animais;
- Cedência de Casas Florestais para a Comunidade Local de Lamas de Mouro;
- A importância da figura das Intervenções Territoriais integradas (ITIS) para benefício das agroambientais (pastagens) e das silvoambientais (recuperação das de bosquetes, galerias ripícolas, regeneração natural de espécies, etc.,);
- A importância do melhoramento das pastagens nas áreas que foram intervencionadas através de roça de matos nos APOIOS ZONAIS, incentivo para correção de solos
- Revisão da lei geral da pesca pois as taxas de pesca são elevadas para a constituição das Zonas de Pesca Lúdica;
- Revisão do Plano de Ordenamento do Parque vs Áreas de Proteção Parcial do Tipo II (PP2) - as entidades gestoras de caça e os produtores continuam com os problemas causados pelo

javali, ou seja, os prejuízos continuam e os problemas entre as ZCA/ZCM e os produtores também.

- Melhoria dos caminhos existentes e abertura de novos estradões para acesso de viaturas de combate a incêndios

4. CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DO LUGAR DE CIMA E LUGAR DE BAIXO (GERMIL)

O Conselho Directivo dos Baldios do Lugar de Cima e Lugar de Baixo (Germil), apresenta uma lista de propostas a incluir se possível nos projetos de investimento futuro, considerando ser de alta importância para o Baldio:

- Requalificação do fojo do lobo;
- Construção de pontos de água na serra para combate a incêndios;
- Melhoria dos caminhos existentes e abertura de novos estradões para acesso de viaturas de combate a incêndios;
- Melhorias de alguns canais de água para regadios, mas que servem simultaneamente para combater incêndios;
- Construção de rede de água e saneamento para a freguesia contribuindo para o bem-estar da população e preservação do ambiente;
- Financiamento para projetos de reflorestação de áreas ardidas que não estejam em compromisso com os Apoios Zonais.

5. CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS E FORAL

- Todo e qualquer estudo, plano, atividade ou trabalho deve ter em conta o território onde acontece e incluir/articular com as entidades gestoras (Baldio/Foral);
- Necessidade de articular e aprofundar a parceria com BALDIOS/FORAL na divulgação, manutenção e gestão da GR50 e nos demais percurso existentes;

- Aposta na melhoria das Zonas de Entrada do PNPG - (Entre Ambos os Rios e Lindoso), identificação e sinalização adequadas
- Facilitar o acesso dos operadores turísticos a materiais de promoção do território (mapas, prospetos, etc)
- Necessidade de implementação de políticas de apoio à atividade pecuária - (Dificuldade em construção de estábulos, etc)
- Afetar verbas para manutenção de infra- estruturas existente - limpeza de percurso, caminhos florestais (abertura e manutenção),
- Verbas para realização de faixas de contenção (perímetros de aglomerados urbanos)
- Desenvolvimento de ações no âmbito da gestão de fogos rurais - uso do fogo, prevenção de fogos rurais
- Reforço e manutenção de pontos de abastecimento de meios de combate a incêndios - (Execução de ponto de abastecimento já projetado na Ermida)
- Reforço de meios - equipamentos de combate a incêndios na zona PNPG - Possibilidade de existência de pelo menos viatura de combate a incêndios em permanência no território do PNPG durante época de incêndios.
- Reforço de verbas para apoio as equipas de sapadores florestais - Valorização da carreira de Sapador Florestal - atrair recursos humanos para o setor.
- Formação e capacitação das entidades - formação sobre território PNPG, seus valores e seus instrumentos de gestão direcionada para os Baldios

6. CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DA FREGUESIA DE LINDOSO

- Manutenção do património existente (currais, fojos, cabanas, eiras comunitárias com as devidas demarcações de muros em pedra, respetivos espigueiros, principalmente a maior núcleo inserido no PNPG junto ao Castelo de Lindoso);
- Criação de um projeto específico para a recuperação da Cidade Romana no Lugar de Cidadelhe;
- Criação de um projeto específico para a recuperação dos moinhos/engenhos existentes na freguesia de Lindoso;
- Melhorias de alguns canais/regos, poços de água para regadios como o Poço da Gola em Parada que servem simultaneamente para combater incêndios;
- Melhoria de caminhos de servidão existentes no baldio (valetas, aquedutos, muros de suporte, etc.);
- Importância de revisão do financiamento das equipas de sapadores nas áreas do PNPG como acontecia até à extinção do ICNB;
- Apoio aos visitantes do PNPG e a informação/ procedimentos serem uniformes em todas as portas do PNPG;
- Manutenção e sinalização dos trilhos existentes já divulgados para o publico visitante;
- Não à criação de novos trilhos para que não haja dispersão no território e alguma confusão e falta de financiamento para a manutenção dos mesmos;
- Gestão das áreas agroambientais (áreas de pastagem) e gestão das áreas Silvoambientais (gestão da pastagem em áreas florestais como galerias ripícolas, povoamentos, bosquetes);
- Revisão dos procedimentos para a instalação de estábulos fora do perímetro urbano quer no Baldio quer no privado;
- Controle de espécies invasoras.

7. ASSOCIAÇÃO DOS BALDIOS DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

EIXO 3 - CONSERVAÇÃO DE HABITATS, FAUNA, FLORA E GEOSSITIOS

AÇÃO: Aproveitamento de regeneração natural de espécies florestais autóctones

Nesta ação propomos sempre o aproveitamento da regeneração natural em detrimento de novas plantações. Atualização do zonamento das áreas de carvalhal na serra do Gerês e na zona do Planalto da Mourela incluindo as áreas de rede natura.

É urgente fazer a identificação, quantificação e renumeração dos serviços do ecossistema nestas áreas de carvalhal (capacidade de retenção de carbono e manutenção da biodiversidade) como forma de compensação ás comunidades locais que fazem a sua manutenção e conservação.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Pitões das Júnias, Tourém, Covelães, Outeiro, Travassos do Rio, Sezelhe, Sabuzedo, Padroso, Cela Sirvozelo, Cabril, Lapela, Pincães e Fafião.

AÇÃO: Restauro de teixiais - Florestas mediterrânias de Taxus baccata

A espécie *Taxus baccata*, surge nestas unidades baldias em vales encaixados, ao longo de linhas de água de difícil acesso, distantes na serra do Gerês, que em certas unidades baldias, caso de Pitões das Júnias, Outeiro e Parada, Cela e Sirvozelo em pleno Verão deixam de ter caudal visível. Nestes locais o perigo de incendio é elevado dada à quantidade de combustível presente nas margens destas linhas de água. Propomos uma intervenção do tipo desmatação de espécies arbustivas de maior porte (giestas, urzes, tojos e silvas) que estão a competir com as espécies arbóreas autótones, dominando-as e limitando-as, no seu crescimento, na sua expansão e propagação por semente. Em certos locais é possível fazer-se o seu adensamento ou plantação com plantas nativas, colhidas em outros locais da serra do Gerês.

Para esta ação pensamos que se deve fazer um esforço maior para o seu financiamento, pois são ações de conservação e proteção essenciais para a continuidade da floresta de conservação de espécies autóctones que comtemplam habitats prioritários que todos temos o dever de

perpetuar, mas que se localizam em locais de difícil acesso, logo o seu financiamentos tem que ser bastante superior ao que até então tem sido dado (medidas silvo ambientais) pois o seu acesso e localização obrigam a um esforço de ação humana muito grande.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Pitões das Júnias, Outeiro e Parada, Cela Sirvozelo, Lapela, Cabril, Pincães e Fafião.

AÇÃO: Conservação de carvalhais e outros bosques caducifólios

Nos carvalhais da Serra do Gerês (unidades baldias de Pitões, Outeiro e Parada), verifica- se perda de diversidade florística, tanto ao nível das espécies herbáceas como espécies arbustivas. Isto deve-se à infestação do sub-bosque destas áreas florestais de carvalhais de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e de carvalho roble (*Quercus robur*), por feto- comum (*Pteridium aquilinum* (L.) *Kuhn in Kersten*). Estes fetos, competem em nutrientes, espaço e luz com a flora autóctone. Propomos sementeiras e plantações com espécies autótones (herbáceas, arbustivas), e também herbáceas forrageiras para alimento do gado em pastoreio nesses locais, o que obrigará a fazer o combate a essa planta (feto-comum) que tem um comportamento tipo infestante e invasor.

Nesta ação pensamos que se deve fazer um esforço para o seu financiamento pois são ações de conservação e proteção essenciais para a continuidade da flora autóctone do PNPG, que comtemplam habitats prioritários, com condições de suportarem um aproveitamento forrageiro do gado em pastoreio.

AÇÃO: Conservação da flora do sub-coberto de carvalhais e outros bosques caducifólios /PROPOSTA da ABPNPG

Intervir ao nível do Sub-coberto dos carvalhais de carvalho-negral (Quercus pyrenaica) com o intuto de contribuir para o aumento da diversidade interespecífica dos bosquetes de *Quercus pyrenaica*. A título de exemplo a espécie *Lilium martagon* L. está quase extinta dos carvalhais. Isto justifica-se pela total ocupação do sub-bosque destas áreas florestais por fetos, feto-comum *(Pteridium aquilinum* (L.) Kuhn in Kersten). Estes fetos competem em nutrientes, espaço e luz com a flora autóctone.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Pitões das Júnias, Tourém, Covelães, Outeiro e Parada, Travassos do Rio, Sezelhe, Sabuzedo, Padroso, Cela e Sirvozelo, Cabril, Lapela, Pincães e Fafião.

AÇÃO: Restauro de bosques de azevinho

Linhas de água na envolvente ao Cabeço de Paul. Azevinhos e vidoeiros espontâneos ao longo das linhas de água. É necessário fazer-se a desmatação das margens como referidos anteriormente em observações da ação: Aproveitamento de regeneração natural de espécies florestais autóctones.

Nesta ação pensamos que se deve fazer um esforço para o seu financiamento, pois são ações de conservação e proteção essenciais para a continuidade da floresta de conservação com espécies autóctones que comtemplam habitats prioritários que todos temos o dever de perpetuar.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Baldios de Outeiro e Parada, Cela e Sirvozelo.

AÇÃO: Conservação de pinhais de pinheiro-silvestre relíquias

Os procedimentos de recolha e produção de plantas que o ICNF tem vindo a fazer são essenciais para a continuidades esta espécie autóctone neste território. Cremos que este procedimento deverá ter continuidade e pensamos que até deveria incrementar a reativação de produção em antigos viveiros florestais em território do PNPG, onde a sua produção deveria ser disponibilizada às comunidades baldias locais e até produtores florestais individuais, com potencialidades para as receber e gerir.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Baldios de Outeiro e Parada, Lapela e Cabril.

AÇÃO: Monitorização e controlo de invasoras

No território do concelho de Montalegre torna-se urgente intervir em manchas de espécies invasoras, com destaque para as acácias (*Acácia dealbata* Link.) com presença em vários locais. Esta espécie invasora tem vindo a alastrar no território, surgindo em núcleos nas encostas e margens do Rio Cavado e perímetros das albufeiras de Paradela, Vila Nova (limites da Freguesia de Cabril), assim como nos perímetros de propriedades particulares.

É urgente inventariar as áreas ocupadas e ameaçadas por espécies exóticas invasoras, identificando as principais vias de introdução e dispersão, e definir estratégias com vista ao seu controlo ou erradicação e posteriormente proceder-se à recuperação desses locais invadidos. É algo que tem que ser trabalhado no interior do território do PNPG e no seu exterior confinante, envolvendo as Comunidades Locais dos Baldios, os Municípios e Comunidades Intermunicipais.

Acreditamos que existem determinadas zonas do PNPG onde talvez o seu controle já não seja possível, então porque não considerar para aí a possibilidade da sua condução, com perspetiva de erradicação desta espécie invasora nesses locais.
Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Baldios de Outeiro e Parada, Cela e Sirvozelo, Lapela, Cabril, Pincães e Fafião.

AÇÃO: Ordenamento manutenção do leito e margens fluviais

Referimo-nos a zonas nas margens do Rio cavado, a jusante da albufeira de Paradela, caso do lago de Casal de Santos.

Propomos que seja feita a limpeza de espécies aquáticas infestantes e em expansão, que interferem com a atividade de pesca no local em parceria com a Associação Caçadores e Pescadores da CERNADA que faz a gestão da atividade de pesca no local. A requalificação da área envolvente ao lago e a atividade de pesca no próprio lago passa pela construção de pesqueiros; limpeza das margens e dos trilhos de acesso ao local; controle de algas e plantas aquáticas; e promoção e divulgação da atividade numa logica de educação ambiental.

Existe outros dois locais onde se pratica esta atividade de pesca que há necessidade de intervir num sentido de ordenar e tirar mais aproveitamento pelas comunidades locais. Referimo-nos à necessidade de requalificar as margens:

- Da Barragem de Tourém, criando infraestruturas de lazer que atraiam pessoas ao território e dignifiquem esta atividade na zona. Mais condições para receber gente e para a execução desta própria atividade de lazer que é a pesca nas albufeiras.
- Na zona envolvente ponto de água de Cerdeira, em Pitões das Júnias. Este ponto de água é usado no combate aos incêndios florestais por meios terrestres, e também se se encontra concessionado à atividade da pesca. Propomos a sua requalificação, mantendo os seus usos atuais, mas possibilitando outros usos de lazer, criando no local uma piscina ecológica.

Porque não pensar nesta possibilidade de piscinas ecológicas em outros locais ao longo do Rio Cavado? Acreditamos que o fluxo de pessoas que recorre aos banhos nas lagoas naturais existentes ao longo das ribeiras e rios da Serra do Gerês iria ser menor e com menor impacto nessas áreas de conservação com valores naturais a proteger.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Baldio de Cela e Sirvozelo, baldio de Tourem e Pitões das Júnias.

EIXO 3 – GESTÃO DE FOGOS RURAIS

AÇÃO: Elaborar um plano de gestão de fogos rurais para o PNPG, Execução de fogo controlado

Aqui entendemos que as equipas de sapadores florestais existentes no território à mais de vinte anos são peças fulcrais no planeamento e gestão do território, devem ser consideradas e integradas.

Parte do seu serviço publico pode ser aqui incluído tal como o tipo de serviço normal que estas equipes prestam. O ano inteiro trabalham num território maioritariamente que está em cogestão com o estado/ICNF, no seu serviço normal não são prestadoras de serviços a particulares e ressarcidas pelo serviço prestado. Trabalham num território comunitário ao serviço das comunidades locais e que no futuro as mais valias resultantes das suas ações, irão beneficiar o estado cogestor. Entendemos que estas equipas devem ser ressarcidas pelo serviço normal que prestam e ao serem aqui incluídas está-se a prever a sua continuidade neste território de montanha onde a maior parte das suas florestas é de tipo de conservação, sem até então calculada uma receita monetária previsível para os territórios baldios onde estas se encontram.

São equipas que ao serviço das suas populações e do estado e que devem ser ressarcidas pelo serviço que prestam ao longo do ano, para além da compensação financeira que recebem do FFP em termos silvicultura preventiva nos povoamentos florestais, vigilância e combate aos incêndios florestais.

De referir que é importante a continuidade do serviço de limpeza e manutenção dos trilhos e percursos na Serra do Gerês, pois são na sua maioria os únicos acessos à serra do Gerês. Esta questão é importantíssima neste território, Serra do Gerês.

Alargamento do período de vigilância e presença dos meios de combate fora do estipulado por lei, Período Critico. O risco de incendio deve ser contemplado para o ano inteiro e não apenas nos três meses de verão. O território precisa de operacionais o ano inteiro a trabalhar na prevenção e na redução do risco de incêndios: Fogos controlados, faixas de gestão de combustível/silvicultura preventiva. Importante pensar na gestão do território como um todo, onde também as associações de caça e clubes de pesca (associativas, associações, clubes), tem que ser incluídas e contempladas as suas ações de gestão.

A gestão do território tem que ser pensada de acordo com a sua atual utilização e TODOS têm que ser responsabilizados por um conjunto de situações que aqui ocorrem, mas como não são os proprietários não são chamados à responsabilidade. O território em gestão não pode excluir a inercia de entidades que o usam apesar de não serem os seus legítimos proprietários, todos tem que dar o seu contributo para que a sua gestão se faça e comtemple o interesse de todos os usufrutuários.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Pitões das Júnias, Tourem, Outeiro e Parada, Cela e Sirvozelo, Cabril, Fafião, Sezelhe, Travassos do Rio, Covelães e Paredes, Sabuzedo, Mourilhe e Padroso.

AÇÃO: Criação de um "Centro de Estudos do PNPG"

Esta ação tem todas as condições de ser executada nos dois extremos do PNPG, referi- me aos Planaltos de Castro Laboreiro e da Mourela. No caso do Planalto da Mourela, já existe o Centro Interpretativo do Planalto da Mourela onde já existe uma infraestrutura que poderá acolher adaptar-se para esse fim.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Pitões das Júnias.

AÇÃO: Criação de faixas e mosaicos de gestão de combustível

Entendemos que este tipo de intervenção deve ser continuado como forma de prevenção da ocorrência de incêndios nas áreas de povoamentos florestais existentes no território assim como na forma de melhoramento das áreas forrageiras utilizadas e necessárias à atividade do pastoreio. É importante a continuidade dos apoios zonais de carater agroambiental e dos investimentos não produtivos direcionados à atividade agro-pastoril nos territórios baldios, alguns deles em uso, caso da manutenções trilhos incluídos nos percursos de pastoreio, as mariolas, os currais, as cabanas de pastor, os poios, os troncos e parques de maneio, e outras infraestruturas que a pesar de hoje não terem funcionalidade fazem parte do património cultural construído do território baldio, caso dos fojos do Lobo, alguns currais e cabanas ou choupanas dos pastores.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Todos os territórios baldios do PNPG e Rede Natura

EIXO 3 – RECUPERAÇÃO DA MATRIZ BIOFISICA DO TERRITÓRIO

Ação: Recuperação paisagística de áreas ocupadas por construções pecuárias (estábulos)

Requalificação de zonas envolventes aos armazéns agrícolas de forma a minimizar o impacto visual causado por estas edificações. Os gestores das áreas baldias confinantes ou próximas destas infraestruturas estão dispostos a colaborarem aceitando reconversões das áreas no sentido de minimizar esse impacto visual, que passaram por criar barreiras arbóreas que limitem a sua visibilidade.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Pitões das Júnias, Tourem, Outeiro e Parada, Cela e Sirvozelo, Lapela, Cabril, Fafião, Sezelhe, Travassos do Rio, Covelães e Paredes.

Ação: Gestão do pastoreio (estabelecimento de sistemas de monitorizações associadas à pastagem)

Continuidade dos apoios zonais para todo o território baldio do PNPG e RN. A sua monotorização em parceria com outras entidades, nomeadamente universidades de forma a se ter conhecimento do existente, condições necessárias à sua manutenção e continuidade futura com o melhor aproveitamento em termos forrageiros. Neste território a atividade agropecuária é a

atividade mais representatividade da qual as populações locais dependem para a sua sobrevivência e continuidade nos territórios de montanha.

Parceiros/ Entidades gestoras interessadas: Pitões das Júnias, Tourem, Outeiro e Parada, Cela e Sirvozelo, Lapela, Cabril, Fafião, Sezelhe, Travassos do Rio, Covelães e Paredes, Frades do Rio, Mourilhe, Sabuzedo, Padroso, TODOS os territórios baldios do PNPG e rede Natura.

ANEXO II - RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA DA PROPOSTA DO PLANO DE COGESTÃO DO PNPG

PLANO DE COGESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

FICHA TÉCNICA

Estrutura de apoio da Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês:

Cristina Machado, ICNF, I.P.

Sónia Almeida, ADERE-PG

Carla Rodrigues, ADERE-PG

Eduardo Afonso, Câmara Municipal de Melgaço

Pedro Teixeira, Câmara Municipal de Valdevez

Cláudia Torres, Câmara Municipal de Ponte da Barca

Cristóvão Carvalho, Câmara Municipal de Terras de Bouro

Fernando Moura, Câmara Municipal de Montalegre

José Brilha, Universidade do Minho

Ana Justo, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Fernando Cerqueira Barros, FAPAS, CPADA

Sandra Vieira, Associação Florestal Atlântica

- **Grupo de trabalho do turismo:**

Miguel Faria-Gerês Equi'Desafios, representante das empresas de animação turística

Paulo Azevedo-Montes de Laboreiro, representante das empresas turísticas do concelho de Melgaço

Cláudia Fernandes-North Land, representante das empresas turísticas do concelho de Arcos de Valdevez

Joel Pereira-Tobogã, representante das empresas turísticas do concelho de Ponte da Barca

José Arriscado-Gerês Viver Turismo, representante das empresas turísticas do concelho de Terras de Bouro

Paula Oliveira-Cabril Eco Rural, representante das empresas turísticas do concelho de Montalegre

Aprovado pela Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês:

Municípios do PNPG	Presidente da Comissão de Cogestão- Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Diretora Regional do Norte do ICNF, I.P., Sandra Sarmento
Instituições do Ensino Superior	Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, Reitor
ONGA indicada pela CPADA	FAPAS, Fernando Cerqueira Barros
Baldios do PNPG	Presidente da Associação Atlântica, Durval Gave
DRAPN	Diretor Regional Adjunto, Luís Brandão Coelho
ADERE-PG	Administradora-Delegada, Sónia Almeida

ÍNDICE

1. Enquadramento 48

a. Enquadramento legal 48

b. Âmbito da consulta pública 49

c. Responsabilidade pela elaboração da proposta objeto de consulta pública 49

2. Processo de consulta pública 49

a. Datas da consulta pública 49

b. Documentação disponibilizada e local onde a mesma esteve disponível 49

c. Sessões públicas de apresentação 50

3. Resultados da consulta pública 50

a. Número de participações recebidas (incluindo listagem das mesmas) 50

b. Análise quantitativa e qualitativa dos contributos recebidos 51

c. Ponderação efetuada por cada participação 52

4. Conclusões 72

a. Breve síntese das ilações a retirar da consulta pública 72

b. Identificação dos contributos classificados como “Aceite”, “Parcialmente Aceite” e “A Analisar” 73

1. ENQUADRAMENTO

A. ENQUADRAMENTO LEGAL

A cogestão é um modelo de gestão de proximidade das áreas protegidas, instituído pelo Decreto-Lei n º 116/2019 de 21 de agosto, que consagra a intervenção de parceiros estratégicos na gestão destes territórios, que, em articulação estreita com o ICNF, I.P., assumem o compromisso de colaborarem para a promoção e valorização sustentável do território, do seu património e das suas comunidades.

Neste propósito, para implementar o modelo de cogestão no PNPG, juntaram-se o ICNF, I.P., Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, os municípios presentes no território da área protegida (Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre), a academia, representada pela Universidade do Minho, a CPADA, representada pela FAPAS, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP-N), a Associação Florestal Atlântica, em representação dos baldios do PNPG, e a Associação de Desenvolvimento das Regiões do PNPG (ADERE-PG), assumindo, cada uma das entidades e no quadro das suas competências e atribuições, o compromisso de colaborarem ativamente e de forma partilhada para a promoção, sensibilização e comunicação do Parque Nacional, visando a sua valorização e o seu desenvolvimento sustentável.

Este conjunto de entidades, que constitui a Comissão de Cogestão do PNPG, desenvolveu a proposta do Plano de Cogestão da área protegida, num modelo aberto à participação e contribuição dos vários atores locais, sendo um documento suficientemente flexível para acomodar novas propostas e as adaptações necessárias e ajustadas à dinâmica dos contextos social, económico e ambiental.

O envolvimento e a participação da população, dos agentes locais, das instituições e da sociedade civil em geral contribuem para a discussão construtiva de propostas e ações concretas, constituindo um processo fundamental no âmbito do desenvolvimento sustentável e, portanto, um pilar imperativo na implementação do modelo de cogestão nas áreas protegidas.

Assim, para além entidades que integram a Comissão de Cogestão do PNPG, o modelo de cogestão do PNPG consubstancia um compromisso mais alargado, que a todos procura implicar, seja na esfera privada ou pública, seja no domínio individual ou coletivo. Para pôr em prática o processo participativo, ao longo do percurso de elaboração da proposta do Plano de Cogestão do PNPG, a Comissão de Cogestão desenvolveu um conjunto de reuniões e sessões participativas onde procurou esclarecer sobre a proposta e recolher contributos dos atores-chave. Foi também disponibilizado um questionário eletrónico para recolha de contributos dos interessados.

Finalmente, concluída a proposta do Plano de Cogestão, e de acordo com estipulado no Decreto-lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, foi a mesma colocada em consulta pública, no dia 18 de novembro de 2022, por um período de vinte dias.

O presente documento constitui o relatório de ponderação do procedimento de consulta pública do Plano de Cogestão do PNPG para o período 2022-2027, refletindo o conjunto dos contributos recebidos e a respetiva análise e ponderação realizadas pela respetiva Comissão de Cogestão, processo do qual resultou a revisão e a adaptação do referido plano.

B. ÂMBITO DA CONSULTA PÚBLICA

O procedimento de consulta pública descrita no presente relatório refere-se à consulta pública da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para o período 2022-2027.

C. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA OBJETO DE CONSULTA PÚBLICA

A proposta do Plano de Cogestão do PNPG foi elaborada pela Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês e respetiva estrutura de apoio, contando como apoio do Grupo de Trabalho do Turismo.

2. PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA

A. DATAS DA CONSULTA PÚBLICA

A proposta do plano de Cogestão do PNPG entrou em consulta pública no dia 18 de novembro de 2022, pelo período de 20 dias.

B. DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA E LOCAL ONDE A MESMA ESTEVE DISPONÍVEL

A proposta do Plano de Cogestão do PNPG é constituída pelos seguintes elementos:

- DOCUMENTO SÍNTESE DA PROPOSTA DO PLANO DE COGESTÃO
- DOCUMENTO COMPLEMENTARES DO PLANO DE COGESTÃO

Documento Complementar I – Caraterização da área protegida

Documento Complementar II - Diagnóstico prospetivo da área protegida (análise SWOT) e objetivos estratégicos

Documento Complementar III – Atores chave do território

Documento Complementar IV – Programa de Medidas

Documento Complementar V – Plano de sensibilização e comunicação

Todos os documentos que integram a proposta do Plano de Cogestão do PNPG foram disponibilizados no procedimento de consulta pública, no sítio da Internet dos municípios que integram o PNPG e das entidades que integram a Comissão de Cogestão.

C. SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO

Ao longo do processo de elaboração da proposta do Plano de Cogestão foram realizadas as seguintes sessões de apresentação e de participação pública:

5 Sessões públicas de apresentação (uma por município), realizadas em julho de 2021, após a constituição da Comissão de Cogestão, com o objetivo de dar a conhecer ao público interessado o modelo de cogestão das áreas protegidas e, em concreto, do PNPG;

5 Sessões públicas participativas com os atores-chave do território, que decorreram em simultâneo com o processo de consulta publica da proposta do Plano de Cogestão do PNPG, para apresentação e esclarecimentos da proposta final do Plano de Cogestão do PNPG (versão a colocar em consulta pública), com o objetivo de promover a informação e auscultação dos atores-chave, incentivar a participação na consulta pública e a apresentação de contributos.

3. RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

A. NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS (INCLUINDO LISTAGEM DAS MESMAS)

No processo de consulta pública foram recebidas 23 participações, identificadas no quadro 1. Todas as participações foram recebidas através de plataforma eletrónica dedicada, de acordo com o publicitado em edital municipal e divulgada nos sítios da internet das entidades que integram a Comissão de Cogestão.

Quadro 1 - Listagem das participações recebidas no âmbito da Consulta Pública da proposta do Plano de Cogestão do PNPG

	Tipo de entidade	Representante
1	Particular	Manuel Alexandre Barbosa Rodas
2	Particular	Luís António Barros Lima
3	Academia (IA - Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço – Univ. Coimbra)	Raul Cerveira Lima
4	Academia (UMinho - Clictour)	António Vieira
5	Junta de Freguesia de Cabril, Montalegre	Presidente da Junta
6	Particular	Sara Silva
7	Academia (IPVC)	Joana Nogueira
8	Particular	Fernando Manuel Rodrigues Cardoso
9	Empresas	Miguel Costa
10	Particular	Manuel Afonso
11	Particular	Manuel Fernandes
12	Particular	Theo Maxime Fernandes
13	Particular	Antonio Pires Gomes
14	Particular	Armando Rodas
15	Particular	Manuel Capela Maceira
16	Particular	Laurinda Almeida de Sousa Araújo
17	Particular	Manuel Barreira Araújo
18	Particular	Rosalina Couto Araújo
19	Particular	Rui Manuel de Sousa Araújo
20	Particular	Hugo Mário Fernandes
21	Particular	Raul João Varela e Sousa
22	Particular	Pedro Miguel de Sousa Araújo
23	Particular	Alberto Lopes

B. ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CONTRIBUTOS RECEBIDOS

Os resultados da participação decorrentes da Consulta Pública são apresentados numa matriz de ponderação que, que sistematiza os contributos tal como foram rececionados, e apresenta a avaliação efetuada pela Comissão de Cogestão, com indicação da ponderação atribuída (classificada em “aceite”, “parcialmente aceite”, “já contemplado”, “a analisar”, “não aceite”, “fora de âmbito” e “não aplicável”) e respetiva justificação.

C. PONDERAÇÃO EFETUADA POR CADA PARTICIPAÇÃO

Os contributos recebidos foram apreciados e classificados quanto à sua mais-valia e enquadramento na proposta do Plano de Cogestão do PNPG. Assim, estabeleceram-se os seguintes tipos de ponderação:

Aceite (A) - quando o contributo constitui uma mais-valia para a proposta do Plano de Cogestão do PNPG.
Parcialmente aceite (PA) - quando apenas parte do contributo constitui valor acrescentado para a proposta do Plano de Cogestão do PNPG, não sendo passível de integração integral.
Já contemplado (JC) - quando o contributo está em consonância com o já previsto no conteúdo da proposta do Plano de Cogestão do PNPG.
A analisar (AA) - quando o contributo vai ao encontro dos objetivos de medidas já previstas na proposta do Plano de Cogestão do PNPG mas que será alvo de análise posterior no sentido de validar, ou não, o seu enquadramento.
Não aceite (NAc) - quando o contributo não é passível de integração ou não constitui uma mais-valia para a proposta do Plano de Cogestão do PNPG.
Fora de âmbito (FA) - quando o contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta.
Não aplicável (NA) - quando o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída na proposta do Plano de Cogestão do PNPG.

5. PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

Quadro 2 - Matriz de ponderação final e de acolhimento dos contributos recebidos

Registo e identificação da participação	Contributos e observações	Ponderação	Justificação
Manuel Alexandre Barbosa Rodas	*Inclusão da designação SOAJO no nome e identificação do Parque Nacional*	**FA**	O contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta.
	Inclusão do nome da freguesia de Soajo na identificação da Porta do Mezio, uma vez que é a única porta do Parque Nacional, que não contempla a freguesia a que pertence, Soajo	**FA**	O contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta.
	Continuação da ligação rodoviária da Várzea, Soajo para o lugar de Olelas, Espanha, permitindo a comunicação entre estas duas comunidades, que duram há seculos e foram interrompidas pela barragem de Lindoso	**AA**	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que será proposta a sua análise no âmbito da medida 2.3.2 – Promover a mobilidade no território e a acessibilidade nos aglomerados rurais, já prevista no Programa de Medidas do Plano de Cogestão do PNPG. **Não se traduzindo numa alteração à proposta do Plano de Cogestão.**
	Organizar uma Comissão que estude as compensações pelos prejuízos causados às populações do Parque Nacional, quer a nível das indemnizações pelos estragos feitos pelo lobo, quer pelas exigências de construção e outras	**FA**	O contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta. Será, no entanto, alvo de análise por parte do ICNF, noutros âmbitos.
	Prever a realização dum festival de artes, com a participação privilegiada das populações residentes	**A**	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que poderá ser acolhido no

			âmbito da medida 1.1.1 – Comunicar e promover o território, já prevista no Programa de Medidas do Plano de Cogestão do PNPG.
	Apoio financeiro, técnico e logístico a atividades promotoras do comércio, turismo e atividades económicas realizadas dentro da área do parque nacional	**JC**	Contemplado nas medidas 1.1.1 Comunicar e promover o território do PNPG 1.3.1 Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável do PNPG 2.1.1 Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social
	Desenvolver esforços de cooperação com autarquias locais galegas e com o Parque do Xurés	**FA**	O contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta. A cooperação transfronteiriça não é competência da Comissão de Cogestão. A cooperação com autarquias galegas e PNBLSX é desenvolvida no âmbito da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e assegurada pelas respetivas tutelas.
Luís António Barros Lima	*Integração no Grupo de Trabalho do Turismo de um técnico de turismo de cada município do PNPG, para a articulação das políticas municipais com os interesses e necessidades das empresas do setor*	**FA**	O contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta. O GT do turismo tem autonomia para decidir sobre a sua composição e modo de funcionamento.
	Introdução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Ficha descritiva das medidas e respetivas ações do Plano de Cogestão	**JC**	O Documento Complementar IV – Programa de Medidas, inclui as fichas de caraterização das medidas/projeto, nas quais se

			identificam os ODS para os quais a respetiva medida e ação/projetos contribuem.
	Criação de um plano para Desenvolvimento do Turismo Sustentável no horizonte temporal de 10 anos, que permita estruturar a oferta, definir prioridades e criar mecanismos de proteção ao desenvolvimento descontrolado a atividade turística, num local onde a prioridade é a proteção da Natureza	**JC**	As medidas que contribuem para os objetivos do contributo estão globalmente contempladas nas seguintes medidas do Plano de Cogestão: 1.1.2 Promover um sistema de sinalização do PNPG que contribua para a otimização da gestão do Parque, dos visitantes e do uso público em geral 1.3.1 Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável do PNPG 2.2.1 Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes
	Promover a marca Natural.pt: No desenvolvimento do Plano de comunicação e marketing para o PNPG, deve ser criada uma imagem para a promoção do PNPG, bem como os conteúdos necessários para transmitir a mensagem a que se propõem	**JC**	Previsto na medida 1.1.1 Comunicar e promover o território do PNPG
	Criação de um observatório do Turismo no Parque Nacional da Peneda-Gerês, para o acompanhamento e produção estatística da atividade turística no território, servindo para a tomada de decisões mais conscientes e realistas, combatendo a escassa informação estatística sobre este território;	**JC**	Contributo já contemplado na medida 2.2.1 Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes,
	Monotorização e controlo dos fluxos turísticos no parque, para o permanente controlo da atividade turística e permanente atualização do plano de visitação; *Produção de um relatório anual sobre os impactos positivos e negativos da atividade turística no Parque Nacional da Peneda-Gerês, bem como a "pegada" ambiental da mesma.*	**JC**	Contributo já contemplado na medida 2.2.1 Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes

	Utilização de sinalética turística inteligente tendo por base o plano de gestão dos fluxos e de forma a dar contributos e informações ao Observatório de Turismo	**JC**	As medidas que contribuem para os objetivos do contributo estão globalmente contempladas nas seguintes medidas do Plano de Cogestão, 1.1.2 Promover um sistema de sinalização do PNPG que contribua para a otimização da gestão do Parque, dos visitantes e do uso público em geral 2.2.1 Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes
	Certificar o Parque Nacional da Peneda-Gerês como destino sustentável, certificado pelas entidades mais credíveis neste domínio	**JC**	Já está contemplado no Programa de Medidas a revalidação da certificação Carta Europeia de Turismo Sustentável.
	Medição e monotorização da capacidade carga dos vários ativos turísticos do Parque Nacional da Peneda-Gerês	**JC**	As medidas que contribuem para os objetivos do contributo estão globalmente contempladas na medida 2.2.1 Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes
	Criação de uma estratégia de gestão do Alojamento Local coordenada entre os 5 municípios do PNPG, uniformizando os regulamentos municipais para o Alojamento Local, bem como a tabela de requisitos para as vistorias. A monotorização do crescimento do alojamento local é inequívoca para evitar o turismo de massas e a transformação de habitação própria em alojamento turístico contribuindo para a desertificação do território. É ainda necessário a análise da necessidade de criação de zonas de contenção previstas em decreto lei	**FA**	A regulamentação do Alojamento Local não é competência da Comissão de Cogestão nem matéria do Plano de Cogestão.
	Criação da rede turística do Parque Nacional da Peneda-Gerês, onde para aderir as várias empresas ligadas à atividade turística têm de cumprir um conjunto de critérios ligados à gestão de recursos, formação, eficiência energética, separação de resíduos, entre outros	**JC**	As medidas que contribuem para os objetivos do contributo estão globalmente contempladas nas medidas

			1.1.1 Comunicar e promover o território do PNPG 1.3.1 Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável do PNPG Para além destas, existem outras certificações nacionais e internacionais de adesão também voluntária.
	Distribuição de caixas de combustão de matéria orgânica e sacos para a separação de resíduos à população local e às empresas de turismo	**NAc**	Embora se perceba o objetivo do contributo, considera-se que a ação é da responsabilidade individual.
	Desenvolvimento de campanhas de comunicação interna para os visitantes, contruídas a partir de soluções criativas (instalações artísticas) que alerte para os impactos do não cumprimento das regras de visitação do Parque Nacional da Peneda-Gerês	**JC**	As medidas que contribuem para os objetivos do contributo estão globalmente contempladas nas medidas 1.1.1 Comunicar e promover o território do PNPG 1.1.2 Promover um sistema de sinalização do PNPG que contribua para a otimização da gestão do Parque, dos visitantes e do uso público em geral 1.2.1 Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais do PNPG e a educação ambiental para o público em geral
	Melhoramento das entradas (sinalética) no Parque Nacional da Peneda-Gerês, de forma a que os visitantes percebam que se encontram dentro de um Parque Nacional	**JC**	As medidas que contribuem para os objetivos do contributo estão globalmente contempladas nas medidas 1.1.2 Promover um sistema de sinalização do PNPG que contribua para a otimização da

			gestão do Parque, dos visitantes e do uso público em geral
	Criação de roteiros 100% acessíveis e dos vários suportes para a sua visitação	**JC**	As medidas que contribuem para os objetivos do contributo estão globalmente contempladas nas medidas 2.2.2 Valorizar os equipamentos e infraestruturas de apoio à visitação
Raul Cerveira Lima (ESS | PPorto-Investigador em Poluição Luminosa e membro integrado do IA - Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço – Univ Coimbra)	*A inclusão de medidas de redução e, sempre que possível, eliminação de fontes de luz artificial à noite;* *preservação e o restauro de zonas desnecessariamente iluminadas;* *a valorização do céu noturno, através de medidas concretas de redução da poluição luminosa: desde a redução dos fluxos luminosos até à eliminação de fontes de luz, passando ainda pela definição de períodos de iluminação e pela correta orientação de focos de luz, de modo a iluminar estritamente quando e onde necessário;* *Sugere-se a inclusão de medidas de mitigação da poluição luminosa que contemplem, entre outras: - o célere estabelecimento de valores limite de emissão dentro dos limites do PNPG (inexistentes neste momento em qualquer legislação ou regulamentação em Portugal Continental, mas que podem ser facilmente definidos com estudos científicos concretos), - metas a atingir (e.g., redução da poluição luminosa em 70% até 2030 ou outros valores a definir, após estudo dedicado), - a monitorização permanente destes objetivos(com tecnologia dedicada simples, tais como fotómetros com registo permanente do brilho do céu em locais determinados, campanhas de monitorização e fotografia periódica all sky do céu nocturno, em RGB, para avaliação espectral e do brilho do céu)*	**PA**	O contribuo é considerado relevante, sendo parcialmente aceite (componente do estudo) e incorporado à luz da área-chave de intervenção "3.1. PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS "do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão. Para o efeito, será **proposta a alteração da designação da Medida 3.1.3** - Promover a criação de centros interpretativos, de conhecimento e investigação do património do PNPG para Medida 3.1.3. - Promover o conhecimento do PNPG através de estudos, centros interpretativos e de investigação, bem como a **inclusão de uma nova ação**, dentro desta medida: Desenvolvimento de estudos para conhecimento e valorização dos recursos do PNPG Os restantes contributos serão ponderados de forma gradual em função do resultado do estudo.

	possibilidade de equipar alojamentos locais com telescópios e a formação de técnicos que possam acompanhar os visitantes/turistas na orientação do céu noturno	**NAc** **JC**	A proposta de "equipar alojamentos locais com telescópios" não é aceite, pois entende-se que é uma ação de responsabilidade e iniciativa individual. A proposta de possibilitar a "formação de técnicos que possam acompanhar os visitantes/turistas na orientação do céu noturno" considera-se que está contemplada na medida 1.3.1. Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável do PNPG, onde se inclui a realização de sessões de formação, informação e capacitação
	Na p. 74 do Documento Síntese, "Figura 5 – Contributo da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para os indicadores de realização", Eixo Estratégico 2, Áreas-chave de intervenção 2.2 e 2.3, os campos "Promoção do conhecimento científico" deviam estar preenchidos, dada a importância da investigação e promoção do conhecimento científico no ordenamento da visitação (quer pelo impacto na natureza quer pelo ordenamento do território noturno, incluindo a iluminação e os impactos na qualidade do céu nocturno e na biodiversidade) e da valorização das aldeias (por exemplo, pela criação de "aldeias estreladas", como em França (ANPCEN), onde a promoção do céu noturno é valorizada e uma mais-valia local)	**NAc**	O quadro da figura 5 do Documento Síntese procura demonstrar o contributo das medidas do Plano para os indicadores de realização e não o contributo de cada tema dos indicadores de realização para as medidas previstas no Plano de Cogestão.
	Na Tabela 21, p.73 do Documento Síntese: Indicadores de realização adotados, ainda que se lamente que alguns dos indicadores (os referentes à conservação da natureza) não sejam obrigatórios, ao contrário de outros, sugere-se, mesmo assim, que sejam acrescentados, na Tabela, as seguintes ações: *Ações de valorização, conservação e restauro do património natural <u>diurno e noturno</u>*	**NAc**	É entendimento da Comissão de Cogestão considerar uma listagem suficientemente abrangente, mas o mais simplificada possível de indicadores de realização e o mais próxima possível da listagem publicada na Portaria 67/2021, de 17 de março. Assim, foram incluídos novos indicadores de

	Ações de valorização, recuperação e divulgação do património cultural e imaterial *: Ações de valorização dos serviços de ecossistemas e de restauro ambiental/ paisagístico, incluindo restauro da paisagem noturna* *Ações de qualificação das aldeias, incluindo melhoria do céu noturno, e promoção do desenvolvimento sustentável*		realização para servirem de suporte à monitorização e avaliação de ações que contribuem para a valorização, conservação e restauro do património natural, em termos gerais, sendo que a avaliação concreta e pormenorizada dos indicadores de realização das ações relativas ao património natural é apurada em programas de monitorização próprios dessas mesmas ações, sob coordenação de projetos e equipas dedicadas. Esta consideração é de resto aplicável aos restantes indicadores mencionados: ações de valorização dos serviços de ecossistemas e de restauro ambiental/ paisagístico e Ações de qualificação das aldeias e promoção do desenvolvimento sustentável Relativamente ao indicador Ações de valorização, recuperação e divulgação do património cultural, clarifica-se que o património cultural abrange quer o património material, quer a componente imaterial.
António Vieira (projeto de investigação Clictour)	*consideramos poder contribuir de forma significativa para a implementação de diversas ações proposta no âmbito do plano de cogestão do PNPG, nomeadamente nas ações no âmbito da área-chave de intervenção de ordenamento e qualificação da visitação [2.2] e algumas na área chave da Promoção da Qualidade Ambiental e Gestão Eficiente dos Recursos [3.1.], nomeadamente as que se enquadram na Valorização ambiental [3.1.2.]*	**NA**	É não aplicável, pois o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída na proposta do Plano de Cogestão do PNPG. No entanto, a colaboração das entidades é positiva para o processo (implementação do Plano de Cogestão), devendo ser enquadrada pelo

			representante da academia na Comissão de Cogestão (Universidade do Minho).
	no que diz respeito ao Eixo de Acompanhamento - Património Natural, Biodiversidade e Geodiversidade do PNPG, estamos disponíveis para colaborar nos eixos EA.1.3. Promover a preservação dos valores geológicos e geomorfológicos e EA.2.1. Promover a resiliência e a proteção dos habitats naturais	**NA**	É não aplicável, pois o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída na proposta do Plano de Cogestão do PNPG. No entanto, a colaboração das entidades é positiva para o processo (implementação do Plano de Cogestão), devendo ser enquadrada pelo representante da academia na Comissão de Cogestão (Universidade do Minho).
	dadas as valências e conhecimento da nossa equipa de investigação, dispomos de conhecimento sobre fluxos e mobilidade que nos permitirá contribuir para a ação "Elaboração do Plano de Mobilidade para as regiões do PNPG e implementação das ações	**NA**	É não aplicável, pois o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída na proposta do Plano de Cogestão do PNPG. No entanto, a colaboração das entidades é positiva para o processo (implementação do Plano de Cogestão), devendo ser enquadrada pelo representante da academia na Comissão de Cogestão (Universidade do Minho).
Junta de Freguesia de Cabril	*Incluir nos planos curriculares das escolas do território atividades ao ar livre que possibilitem o contacto com a natureza. Assim vemos aumentado o conhecimento da nossa fauna e flora. Este deve incluir intercâmbio com outros agrupamentos escolares do parque para aumentar o conhecimento e a identidade do território*	**FA** **JC**	Os planos curriculares e o funcionamento dos agrupamentos escolares não são competências da Comissão de Cogestão. O Plano de Cogestão contempla uma medida específica para a educação ambiental (medida 1.2.1), dirigida ao público escolar, e neste âmbito prevê-se realizar trabalho de sensibilização e articulação com os diferentes agrupamentos.

	Criação do plano de ornamento da Albufeira de Salamonde e a classificação de zonas balneares	**FA**	Os IGT não são competência da Comissão de Cogestão.
	Criação de um geoparque na zona do circo glaciar de Coucelinho	**NA**	A proposta não cumpre os critérios para a eventual certificação.
	Criação de parques de estacionamento em: Ponte da Pigareira e Miradouro de Fafião. Largo do Carvalhal, Cascata de Pincães. Praia da Barca. Cascata de Cela Cavalos em Lapela	**JC**	Contemplado no âmbito das seguintes medidas do plano: 2.2.1 Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes 2.2.2 Valorizar os equipamentos e infraestruturas de apoio à visitação
	Centro interpretativo da Cabra Montês . Nos primórdios da freguesia de Cabril os povos dedicavam-se quase exclusivamente à pastorícia com a criação de cabras que daria o nome a Cabril, que tem a origem no latim "caprile"(curral de cabras)- local: no lagar de azeite que está abandonado	**AA**	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que será proposta a sua análise no âmbito da medida 3.1.3 – Promover a criação de Centros Interpretativos, de conhecimento e investigação do património do PNPG, onde se integra a criação de vários centros interpretativos. **Não se traduzindo numa alteração à proposta do Plano de Cogestão.**
	Projeto dos Poços Verdes do Sobroso (7 Lagoas). Este ex-libris de Cabril e do concelho de Montalegre, tem uma visitação anual na ordem das 60 mil pessoas. É de enorme importância apostar na segurança durante o percurso e no acesso aos poços. Um projeto integrado e sustentável vai melhorar as condições de visitação. Para tal propomos o seguinte: criação de um espaço polivalente em Encruzilhadas e nos Poços Verdes, com estacionamento, casas de banho, transporte coletivo de ida e volta e controlo de número de visitantes. Nos poços, um passadiço que acompanha a descida da água, com acesso em segurança para cada poço, será o ideal para garantir a todos os turistas uma visita segura	**JC**	As intervenções previstas para as sete lagoas estão contempladas nas medidas, 2.2.1. Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes e 2.2.2 Valorizar os equipamentos e infraestruturas de apoio à visitação

			A materializar através do projeto "*Requalificação ambiental e melhoria de segurança na visitação* - Sete Lagoas", da responsabilidade do município de Montalegre, cujo financiamento foi proposto e aprovado pelo Fundo Ambiental
	Cabril tem uma das maiores manchas de medronhal do PNPG, há muitos anos atrás era frequente encontrar pessoas a apanhar o medronho para fazer a aguardente, a pensar em manter as tradições e a promover um produto endógeno de Cabril e do PNPG, uma refinaria de medronho com a marca de PNPG será uma aposta interessante para todos os intervenientes	**AA**	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que será proposta a sua análise no âmbito da medida 2.1.1 Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social. Não se traduzindo numa alteração à proposta do Plano de Cogestão.
	O Lobo como espécie protegida. A importância da coexistência entre o homem e Lobo, tem de ser revisto. É extremamente difícil provar o ataque dos Lobos a qualquer animal, propomos que o pagamento seja pago por percentagem do efetivo animal de cada exploração, em zona comprovada de ataque de Lobo, de forma a proteger a espécie e a salvaguardar os produtores pecuários que anualmente perdem cabeças de gado, sem encontrar nenhum vestígio na serrania do Gerês	**FA**	As questões relacionadas com os prejuízos do lobo não são da competência da Comissão de Cogestão. Será no entanto alvo de análise por parte dos serviços competentes do ICNF
	Feira itinerante para promover o PNPG em todo o seu território. Com passagem pelas Vilas e Aldeias de forma a abranger todas as atividades económicas e tradicionais de toda a população do parque	**JC**	A proposta sugerida no contributo está prevista na medida 1.1.1 Comunicar e promover o território do PNPG
Sara Silva	*Existe a necessidade de construir uma oferta complementar nos agrupamentos de escolas, dos municípios que compõem o PNPG, que permita aos alunos adquirir um maior conhecimento sobre o território*	**JC**	Os planos curriculares e o funcionamento dos agrupamentos escolares não são competências da Comissão de Cogestão.

	onde estão inseridos. No âmbito do Decreto-lei n.º 55/2018 as escolas passaram a ter uma maior autonomia na gestão do currículo dos alunos tendo por base o projeto educativo e complementando as necessidades específicas dos alunos de cada agrupamento conforme o meio onde se inserem. Seria interessante, incentivar os agrupamentos de escolas, ao abrigo do decreto-lei, a enquadrarem uma oferta educativa que vise a aquisição de conhecimento sobre a importância das áreas de proteção da natureza, em especial o Parque Nacional da Peneda Gerês		O Plano de Cogestão contempla uma medida específica para a educação ambiental (medida 1.2.1 Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais do PNPG e a educação ambiental para o público em geral), dirigida ao público escolar, e neste âmbito prevê-se realizar trabalho de sensibilização e articulação com os diferentes agrupamentos.
Joana Nogueira (IPVC)	*Propõe-se a criação e animação de uma rede colaborativa de comunidades locais para o desenvolvimento do PNPG, como oportunidade para incentivar as comunidades locais – residentes, associações locais, empresas do PNPG - a serem corresponsáveis no desenho de respostas para alcançar melhor qualidade de vida, e maior valorização do território, e maior adesão e suporte a ações de conservação da natureza, nomeadamente com o conceito de custódia do território pelas comunidades tradicionais. A criação de uma rede colaborativa entre as comunidades locais para o desenvolvimento local sustentável (e não apenas para o turismo), poderá ser um instrumento de potenciação desta animação para o desenvolvimento, ao permitir maior massa crítica, partilha de boas práticas e ao promover a cooperação entre comunidades. A qualidade de vida nas comunidades locais (lugares/freguesias), a transição ecológica nos padrões de consumo e produção e a capacitação para uma ação de gestão de proximidade na conservação e valorização sustentável da natureza e dos serviços de ecossistema são temas chave, para os quais as comunidades podem contribuir como corresponsáveis na identificação das necessidades e no desenho e implementação de respostas adaptadas ao contexto, promovendo uma aprendizagem coletiva que irá potenciar maior resiliência à escala local*	**JC**	A cogestão do PNPG pressupõe o envolvimento e participação da população residente e outros atores-chave (associações, juntas de freguesia, empresas, entre outros), nos diferentes domínios do âmbito da cogestão. Poderá ser de equacionada a necessidade, ou não, de se criarem grupos ou redes mais formais, de acordo com o que prevê o modelo de cogestão (DL 116/2019).

	Grupo de Trabalho para a Gestão da Atividade agro-silvo-pastoril no PNPG Criar um grupo de trabalho focado na valorização e gestão da atividade agro-silvo-pastoril e na promoção de modelos de gestão adaptativa do pastoreio e de inovação na atividade (instalações, maneio, opções de comercialização; articulação com turismo, articulação com conservação espécies, habitats, solo e regulação incêndios). Este grupo de trabalho deve visar ampliar o valor social, económico e ecológico da atividade, garantir um forte envolvimento dos produtores/criadores de gado e das comunidades de baldios, bem como atores chave das cadeias de valor agropecuárias, da conservação da natureza e do turismo, além de atores do sistema de I&D.	**JC**	O tema da "Gestão da atividade agro-silvo-pastoril" está contemplado no Plano de Cogestão, Medida 3.1.1 Gestão do território com usos múltiplos (ação: Plano Zonal) e noutras. No entanto, poderá ser equacionada a necessidade, ou não, de se criarem grupos mais formais, de acordo com o que prevê o modelo de cogestão (DL 116/2019).
	Para promover e garantir a preservação da identidade do Parque Nacional da Peneda-Gerês seria importante criar uma página de internet e uma newsletter oficiais, na qual o PNPG dê a conhecer aos vários públicos - externo e interno - os valores, as iniciativas, os debates em curso - e promover nesses públicos um maior envolvimento em iniciativas/atividades que contribuam para melhorar os valores existentes no Parque Nacional da Peneda-Gerês e promover um usufruto desses valores mais informado, mais responsável e mais inclusivo.	**JC**	As questões relacionadas com a identidade e comunicação do PNPG vão ser trabalhadas no âmbito da medida 1.1.1 Comunicar e promover o território do PNPG, ação Desenvolvimento e implementação do Plano de comunicação e marketing para o PNPG
	Identidade e promoção do valor do PNPG como Escola de Sustentabilidade junto dos jovens. Criação de um grupo profissional de "guardas-guias" do PNPG ("rangers") qualificado para promover vigilância, monitorização ambiental e, sobretudo, para desenvolver atividades de interpretação da natureza, com competências específicas e com uma imagem própria e distintiva ligada ao PNPG.	**NA**	A criação de grupos profissionais está fora do âmbito da cogestão. No âmbito da cogestão podem ser desenvolvidas ações de capacitação dirigidas ao corpo de Vigilantes da Natureza e promover o seu maior envolvimento nas atividades de educação ambiental.
	Criar programas para jovens "júnior rangers" potenciando o seu conhecimento sobre o Parque Nacional da Peneda-Gerês, promovendo atitudes mais conscientes e proativas para a conservação da natureza e	**JC**	O contributo relaciona-se com a estratégia de educação ambiental do PNPG, enquadrada na medida 1.2.1. Promover a divulgação e o conhecimento dos valores

	sustentabilidade e despertando vocações profissionais ligadas a estes territórios e aos seus recursos. Programas que seriam de estadia/permanência por 4-5 dias no PNPG, com objetivos de aprendizagem e de atividades a desenvolver desenhados em articulação com os agrupamentos escolares das NUTIII que integram o PNPG, ao nível do ensino secundário, e com escolas e institutos das universidades e politécnicos, ao nível do ensino superior.		naturais e culturais do PNPG e a educação ambiental para o público em geral
Fernando Manuel Rodrigues Cardoso	*Seria bom fazerem postos de vigia ex.: incêndios, fogueiras, ceifeiras mecânicas, motos em locais proibidos... Estes postos de vigia, poderão funcionar com vigias voluntários - repararem as casas de guarda e equipá-las com o essencial (cama, frigorifico e fogão) para esses voluntários pernoitarem*	**FA**	As medidas de prevenção e combate aos fogos rurais estão fora do âmbito da cogestão.
Miguel Costa- Loftbusiness Investimentos Imobiliarios Lda	*De forma muito sucinta, dou nota de medida tomada pela nossa empresa, que certamente em conjunto com as valências dos municípios e a colaboração dos demais empresários, teria impacto positivo na valorização do nosso património impar, não descorando a preservação do mesmo, contribuindo também para o crescimento da nossa atividade. Roteiros culturais e gastronómicos Através de um protocolo de cooperação com a Universidade Portucalense, foi possível realizar estágios no âmbito da licenciatura de turismo. Durante os meses de verão, os estagiários acompanharam os hospedes, divulgando valores históricos, religiosos, gastronómicos e culturais da região. A iniciativa permitiu uma dinâmica em tempo de férias, diferente da que os clientes esperava, e resultados económicos acrescidos, sobretudo porque se aplica as demais épocas do ano*	**FA**	Sendo interessante, o contributo está fora do âmbito da cogestão pois a formalização de protocolos com as escolas profissionais de turismo é uma iniciativa individual dos empresários turísticos, sendo uma prática comum para muitas empresas.
	falou-se na possibilidade de instalar mini-lojas do cidadão nas aldeias. Considero que as unidades, a semelhança da nossa, podem ter um papel fundamental neste campo, uma vez que em grande parte dos casos, temos disponível capital humano e equipamentos onde podemos prestar	**NAc**	A proposta de instalação de mini-lojas do cidadão visa a criação de serviços de proximidade às populações. Estes serviços públicos são da responsabilidade dos

	este apoio, criando assim uma relação mais estreita com os habitantes e permitir redução de custos para a autarquia, colaborando com sentido de responsabilidade para com os espaços e culturas de inserção.		Municípios. Pode no entanto haver alguma articulação com entidades privadas que tenham capacidade, como descrito no contributo, para apoio a estes serviços.
Manuel Afonso	*Começando pelo nome do organismo que, se advém do nome das serras dos extremos deverá ser Parque Nacional Soajo Gerês, a designação atual remete-nos para um marco geodésico numa extremidade e uma serra na outra*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
	Relativamente às portas do Parque, se quatro têm o nome da freguesia na qual estão situadas porque razão a que se situa na freguesia de Soajo se chama porta do Mezio?	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
	No ponto "4.3.2. OCUPAÇÃO HUMANA E PATRIMÓNIO CULTURAL" do vosso documento síntese não cabem as Antas da Serra de Soajo classificadas como monumento nacional por Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910?	**JC**	As Antas da Serra de Soajo, classificadas como monumento nacional por Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910, estão referidas no Documento Complementar I – Caraterização da AP, onde se apresenta a caraterização pormenorizada do tema “Caraterização do Património Cultural”.
	- Não deverão os habitantes do PN ser compensados pelas restrições que lhe são impostas nomeadamente a proibição de: extração de pedra , instalação de torres eólicas, instalação de zonas industriais, etc,etc,etc...?	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
	Essas compensações poderiam passar por: - isenção de IRS,IRC e IMI para todos os habitantes e pequenas empresas situadas dentro dos limites do PN. - Prioridade nos concursos de emprego dentro dos concelhos de residência para os habitantes do PN. - Contingente especial para ingresso no ensino superior nos distritos de Braga e Viana do Castelo para os alunos residentes no PN. - Ajuda na criação de pequenas empresas que passaria pela simplificação, desburocratização, suporte na elaboração de projetos e ajuda financeira	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.

	O vosso documento síntese do Plano de cogestão é muito extenso e inacessível à grande maioria dos habitantes do PN e a apresentação foi feita em dias e horários laborais não podendo as pessoas que trabalham estar presentes e manifestar as suas opiniões ou dar o seu contributo	**NA**	É não aplicável, pois o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída na proposta do Plano de Cogestão do PNPG. No entanto o contributo será tido em conta aquando do agendamento de reuniões futuras
Manuel Fernandes	*O contributo não tem anexo*	**-**	-
Theo Maxime Fernandes	*O contributo não tem anexo*	**-**	-
Antonio Pires Gomes	*Difícil de compreender todas as Portas têm o nome da freguesia só a nossa não, escolheram o mezio para nome, onde devia ser porta de Soajo,por isso penso que mudar seria o mais normal….*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
Armando Rodas	*Esclarecimento da verdade*	**NA**	É não aplicável, pois o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída na proposta do Plano de Cogestão do PNPG.
Manuel Capela Maceira	*P.N.S.G. Portas do Mezio Soajo*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.

Laurinda Almeida de Sousa Araújo	*Eu acho que quem de direito devia repor a verdade sobre o nome da serra do soajo, porque a serra da peneda nunca existiu ,porta do mezio soajo, está no seu território, todas as outras tem o nome da terra, basta seguir a história e repor a verdade.*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
Manuel barreira Araújo	*Soajo quer a sua história respeitada, por a serra de soajo em todo o seu território, e dar nome ao parque nacional, acabar com a mentira, porta do mezio soajo, com o nome da terra como todas as outras, assim como o cão sabujo da serra de soajo, repor a verdade da história ,uma das riquezas de soajo*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
Rosalina Couto Araújo	*A Serra entre o rio Minho e o rio Lima é a Serra de Soajo (Alto da Pedrada, 1416m), sendo que não há sobreposição de serras e muito menos duas, não há "Serra da Peneda", daí o nome do único Parque Nacional português estar incorreto. Dê-se ao Parque Nacional o secular e histórico nome da Serra, corrija-se-lhe o nome: Parque Nacional Soajo-Gerês. - Todas as Portas do Parque Nacional têm o nome da freguesia onde estão sediadas à exceção da de Arcos de Valdevez, que tem por nome "Porta do Mezio". O Mezio não é uma freguesia, é um sitio de uma freguesia, freguesia essa que tem por nome "Soajo" tendo em conta a Carta Administrativa. Esta Porta também tem morada errada, não é Cabana Maior mas sim Soajo.*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
Rui Manuel de Sousa Araújo	*Parece-me crucial, definitivamente, atribuir o nome correto ao Parque Nacional. Não é aceitável utilizar Parque Nacional Peneda Gerês, quando a suposta Serra da Peneda é inexistente. Entre os rios Minho e Lima, existe a Serra do Soajo. Devemos respeitar a verdade histórica! É urgente repor a verdade! De entre as portas do parque, todas têm a designação do local (freguesia) onde se encontram. A exceção é a que está na freguesia de Soajo, sendo-lhe atribuído o nome de Porta do Mezio. Um desrespeito*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.

	inadmissível para com a histórica freguesia de Soajo e pelo seu povo. É indispensável sermos rigorosos e corrigirmos o nome da Porta de Soajo!		
	Na agricultura, atividade onde temos alguns recursos e onde os nossos antepassados nos deixaram um legado, não nos é possível progredir, muito devido às restrições impostas pelo Parque Nacional e a Câmara Municipal. Não temos permissão para construir estábulos para os animais (em poucas zonas é permitida qualquer construção) e onde é possível são impostos limites que balizam por baixo a nossa atividade. Os nossos recursos e regras colocam-nos num nível incomparável com outras zonas do país e não somos compensados por isso	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
	É exigível que apoiem as pessoas a se estabilizar, que criam condições para fixação e não exclusão dos nossos jovens! Agilizar as regras para que tenhamos futuro aqui, na nossa terra	**NAp**	O comentário não constitui contributo no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.
Hugo Mario Fernandes	*O contributo não tem anexo*	**-**	-
Raul João Varela e Sousa	*Criação e gestão de uma Plataforma de valorização do turismo na região, tendo em conta a sustentabilidade no que toca à sociedade, economia e ambiente. Muito importante e essencial, todas as entidades privadas e públicas trabalharem no mesmo sentido envolvendo as populações locais.*	**NAc**	O contributo "criação e gestão de uma plataforma de valorização do turismo" é uma proposta vaga, sem concretizar a ação. No entanto, os objetivos subjacentes ao contributo estão considerados em várias medidas do Plano de Cogestão.
Pedro Miguel de Sousa Araújo	*Serra de Soajo. NÃO. serra da peneda! Porta da Serra de Soajo. NÃO. porta do Mezio! Cão Sabujo da Serra de Soajo. NÃO Cão castro laboreiro! NÃO À PRISÃO DE ANIMAIS, AO QUE CHAMAM Parque Biológico.... Reponham a História verdadeira! NÃO às invenções NÃO aos agrados dos amiguinhos! Não mandem embora os jovens tal como é o meu caso, deixem-nos evoluir a agricultura (explorações), construir estábulos dentro*	**FA**	Contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta do Plano de Cogestão.

	das normas, não "barracos" ilegais às escondidas com medos. Muito mais a dizer.....		
Alberto Lopes	*Na Reserva Biogenética das Matas de Palheiros e Albergaria e como Reserva da Biosfera, pela UNESCO, desde 2009, como Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés... este ano e nos anos anteriores, realizou-se uma prova desportiva, ouviram bem uma prova desportiva, em plena área protegida-na mata da Albergaria! Um atentado ambiental com a conivência das câmaras municipais e o PNPG, entidades públicas que deveriam zelar e proteger pelo bem comum. Tornando durante o ano uma área protegida num campo de treino do Trail, mesmo dias antes da prova foi realizado um treino oficial em plena área protegida, durante a prova são carros e motos a acompanhar os atletas, é fazer as contas desta pegada ecológica. Qual área protegida, só é lembrada quando dá jeito, esta postura que atenta contra o ambiente e bem comum, mais tarde ou mais cedo será objeto de atenção da justiça e da comunicação social. Uma completa aberração, só num país corrupto pode acontecer uma situação destas sem ainda ter havido consequências. Espero que esta questão seja objeto de reflexão e mais importante sejam dados claros sinais de que não alinham em interesses privados mas nos interesse dos valores ambientais que se pretendem preservar. Pena que educação e consciência ambiental nestas entidades do estado representativas do povo não estejam a zelar pelo interesse de todos. Uma vergonha.*	**NA**	É não aplicável, pois o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída na proposta do Plano de Cogestão do PNPG.

6. CONCLUSÕES

A. BREVE SÍNTESE DAS ILAÇÕES A RETIRAR DA CONSULTA PÚBLICA

Considerando estarmos num território que abrange 5 municípios, os 23 contributos recebidos consideram-se aquém do desejável, pela Comissão de Cogestão do PNPG. No entanto, uma grande parte desses contributos, mesmo que não aceites ou fora de âmbito, serão alvo de análise por parte de algumas das entidades que integram a Comissão de Cogestão dada a sua pertinência.

Alguns dos contributos denotam que há desconhecimento por parte das pessoas relativamente ao âmbito do Plano de Cogestão do PNPG bem como sobre as competências da Comissão de Cogestão, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de realizarmos, durante o período de implementação do mesmo, sessões de informação sobre a Cogestão nas áreas protegidas.

B. IDENTIFICAÇÃO DOS CONTRIBUTOS "ACEITE", "PARCIALMENTE ACEITE" E "A ANALISAR"

Contributos classificados como "aceite", "parcialmente aceite" e "a analisar" e que serão propostas à Comissão de Cogestão para serem consideradas aquando da elaboração da proposta final do plano de cogestão		Acolhimento e alteração à proposta do Plano de Cogestão
Contributos "Aceites"	*Prever a realização dum festival de artes, com a participação privilegiada das populações residentes*	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que poderá ser acolhido no âmbito da medida 1.1.1 – Comunicar e promover o território, já prevista no Programa de Medidas do Plano de Cogestão do PNPG.
Contributos "Parcialmente Aceites"	*A inclusão de medidas de redução e, sempre que possível, eliminação de fontes de luz artificial à noite;* *preservação e o restauro de zonas desnecessariamente iluminadas;* *a valorização do céu noturno, através de medidas concretas de redução da poluição luminosa: desde a redução dos fluxos luminosos até à eliminação de fontes de luz, passando ainda pela definição de períodos de iluminação e pela correta orientação de focos de luz, de modo a iluminar estritamente quando e onde necessário;* *Sugere-se a inclusão de medidas de mitigação da poluição luminosa que contemplem, entre outras: - o célere estabelecimento de valores limite de emissão dentro dos limites do PNPG (inexistentes neste momento em qualquer legislação ou regulamentação em Portugal Continental, mas que podem ser facilmente definidos com estudos científicos concretos), - metas a atingir (e.g., redução da poluição luminosa em 70% até 2030 ou outros valores a definir, após estudo dedicado), - a monitorização*	O contribuo é considerado relevante, sendo parcialmente aceite (componente do estudo) e incorporado à luz da área-chave de intervenção "3.1. PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS "do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão. Para o efeito, será proposta a alteração da designação da Medida 3.1.3 - Promover a criação de centros interpretativos, de conhecimento e investigação do património do PNPG para Medida 3.1.3. - Promover o conhecimento do PNPG através de estudos, centros interpretativos e de investigação, bem como a inclusão de uma nova ação, dentro desta medida: Desenvolvimento de estudos para conhecimento e valorização dos recursos do PNPG Os restantes contributos serão ponderados de forma gradual em função do resultado do estudo.

	permanente destes objetivos(com tecnologia dedicada simples, tais como fotómetros com registo permanente do brilho do céu em locais determinados, campanhas de monitorização e fotografia periódica all sky do céu nocturno, em RGB, para avaliação espectral e do brilho do céu)	
Contributos "A Analisar"	*Continuação da ligação rodoviária da Várzea, Soajo para o lugar de Olelas, Espanha, permitindo a comunicação entre estas duas comunidades, que duram há seculos e foram interrompidas pela barragem de Lindoso*	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que será proposta a sua análise no âmbito da medida 2.3.2 – Promover a mobilidade no território e a acessibilidade nos aglomerados rurais, já prevista no Programa de Medidas do Plano de Cogestão do PNPG. **Não se traduzindo numa alteração à proposta do Plano de Cogestão.**
	Centro interpretativo da Cabra Montês. Nos primórdios da freguesia de Cabril os povos dedicavam-se quase exclusivamente à pastorícia com a criação de cabras que daria o nome a Cabril, que tem a origem no latim "caprile" (curral de cabras) - local: no lagar de azeite que está abandonado	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que será proposta a sua análise no âmbito da medida 3.1.3 – Promover a criação de Centros Interpretativos, de conhecimento e investigação do património do PNPG, onde se integra a criação de vários centros interpretativos. **Não se traduzindo numa alteração à proposta do Plano de Cogestão.**
	Cabril tem uma das maiores manchas de medronhal do PNPG, há muitos anos atrás era frequente encontrar pessoas a apanhar o medronho para fazer a aguardente, a pensar em mantém as tradições e a promover um produto endógeno de Cabril e do PNPG, uma refinaria de medronho com a marca de PNPG será uma aposta interessante para todos os intervenientes	O contributo é considerado relevante e pertinente, pelo que será proposta a sua análise no âmbito da medida 2.1.1 Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social. **Não se traduzindo numa alteração à proposta do Plano de Cogestão.**